

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RUAN MATHEUS MARTINS COSTA

A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: perspectivas de “maranhensidade” à luz
de memórias, tradições e identidades para o ensino de história local

São Luís- MA
2024

RUAN MATHEUS MARTINS COSTA

A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: perspectivas de “maranhensidade” à luz
de memórias, tradições e identidades para o ensino de história local

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão para o grau de
licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos
Santos

São Luís- MA

2024

Costa, Ruan Matheus Martins.

A Festa da Juçara no Maracanã : perspectivas de "maranhensidade" à luz de memórias, tradições e identidades para o ensino de história local / Ruan Matheus Martins Costa. – São Luís, 2024.

77f. : il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos.

1. História Local. 2. Maranhensidade. 3. Festa da Juçara. I. Título.

CDU 394.2:94(812.1)

Elaborada por Laísa Sousa Barros - CRB 13/657

RUAN MATHEUS MARTINS COSTA

A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: perspectivas de “maranhensidade” à luz
de memórias, tradições e identidades para o ensino de história local

Aprovada em: 14/08/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos (Orientadora)

Doutora em Políticas Públicas em Educação

Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes

Doutora em História

Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Carolina Christiane de Sousa Martins

Doutora em História

Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

É nesta parte do texto que, como versos livres, posso expressar meus profundos e singelos agradecimentos, que não cabe e não existe palavras para descrever a imensidão de emoções que carrego durante meu processo final de formação na graduação. Destino meus agradecimentos a minha orientadora Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos, não somente pela sua competência e responsabilidade profissional, mas ao seu papel fundamental na minha formação pessoal, auxiliando para o meu amadurecimento e consolidando os conhecimentos necessários para exercer a função de um educador.

São esses mesmos profissionais que integram o quadro docente, em especial a Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes e Júlia Constança Pereira Camelo, que foram “molas” propulsoras para que eu desenvolvesse esta pesquisa, a contar pelas contribuições teóricas e metodológicas que favoreceu a ampliação do meu olhar para o meu objeto de estudo.

Acrescento que a participação da secretaria do curso de História, composta por Izabela Cristina Rabelo Costa e Iete Martins Mendonça, além do Maurício Lisboa Fonseca Bentes, secretário do departamento de História, o setor da biblioteca setorial do curso que são mulheres incentivadoras, foram pessoas que me auxiliaram no decorrer da minha graduação, seja pelo apoio e parceria administrativa, como pelo apoio emocional para os meus momentos de incertezas e tristezas.

Destaco meus agradecimentos ao financiamento que a Universidade Estadual do Maranhão pôde possibilitar no desenvolvimento das pesquisas que realizei desde 2021, com o projeto de extensão (2021-2022), aos dois ciclos como bolsista do projeto de iniciação científica (2022-2024), e, concomitantemente, minha participação no Programa Residência Pedagógica (2023-2024) como voluntário, todos sob orientação da ilustre educadora e transformadora Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos.

Agradeço a minha família pelo apoio, dentre esse grupo familiar destacam-se minhas avós e minha mãe, que me deram a mão nos momentos difíceis e estiveram torcendo pela minha vitória, e que essa etapa final do curso seja uma justificativa a minha ausência em muitos momentos que não pude comparecer quando precisaram de mim, mas que carrego comigo o amor e energia positiva destinadas ao meu sucesso. Venho também agradecer a todos os amigos que conquistei durante a minha

vida, ainda que minha trajetória nesta Terra seja breve, agradeço sempre pelas palavras de incentivo e momentos de emoções a cada passo que eu conquistava.

RESUMO

A comunidade do Maracanã realiza nos meses de outubro e novembro a Festa da Juçara desde a década de 1970, tendo sido idealizado pelos moradores e pela precursora engenheira agrônoma Rosa Mochel Martins. Atualmente, a região tem passado por desafios com relação a manutenção desse festejo no que tange a cultura e as suas formas de manifestações, ocasionadas pelo processo de urbanização e outros fatores que têm trazidos transformações sociais e culturais a essa localidade. Assim, este estudo analisa a Festa da Juçara no Maracanã em seu processo histórico, social e cultural apresentando como aspecto favorecedor para o ensino da história local na construção da identidade maranhense. O estudo pautou-se em uma pesquisa bibliográfica e documental, de cunho qualitativo e exploratório, sem dissociar da abordagem quantitativa que consta na análise dos dados obtidos com a pesquisa de campo a partir da análise de conteúdo proposto por Bardin (1977). Portanto, ampliamos as discussões ligadas ao termo de “maranhensidade”, contemplado pelo Documento Curricular do Território Maranhense, a partir da Festa da Juçara no Maracanã, elencando como um espaço cultural que precisa ser preservado, destacando a necessidade de ações que possam garantir a continuidade das atividades comerciais e culturais dos moradores dessa região diante dos processos urbanísticos e suas consequências para as práticas tradicionais do festejo.

Palavras-chave: História Local; Maranhensidade; Festa da Juçara.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MARACANÃ: (Re)discutindo conceitos e aspectos da comunidade	15
2.1- A contextualização da comunidade do Maracanã: discutindo conceitos e perspectivas para a análise histórica	15
2.2- Conduzindo as discussões sobre a Festa da Juçara como perspectiva patrimonial para o Ensino de História Local	21
3- O CONCEITO DE “MARANHENSIDADE”: Apontamentos sobre a valorização histórica e cultural da Festa da Juçara para a identidade maranhense.....	29
3.1- A concepção de “Maranhensidade”: notas teóricas e proposições no currículo local	29
3.2- Rosa Mochel como uma figura de mediação: biografia, produções e protagonismo na origem da Festa da Juçara	36
3.2.1- Memórias póstumas: obras e textos das produções de Rosa Mochel	46
4- ECOANDO VOZES DO MARANHÃO: A Festa da Juçara a partir da narrativa oral para a construção da categoria conceitual de “maranhensidade”	52
4.1-A Festa da Juçara: Situando algumas pesquisas que nos antecederam	52
4.2-A Realização da entrevista: analisando “histórias” e “estórias” como narrativas de memórias ..	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
FONTES BIBLIOGRÁFICAS	73
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	74

1. INTRODUÇÃO

A Festa da Juçara, que ocorre no mês de outubro, está localizada na zona rural do Maracanã na cidade de São Luís, possuindo suas primeiras manifestações na década de 1970, realizado posteriormente no sítio da engenheira agrônoma Rosa Mochel Martins já na década de 1980. Esse fato passou a ter notoriedade em estudos científicos nas mais diversas áreas do conhecimento, em estudos mais recentes como de Mendes, Ribeiro e Rocha (2007) e Shiraishi Neto, Lima e Alcobaça (2018) que tratam sobre a preservação e valorização dos recursos naturais dessa localidade, e considerados como essenciais para a realização da festividade na região.

Ainda que alguns estudos visem abordar sobre os aspectos ambientais, econômicos, sociais e a própria construção histórica sobre a zona rural do Maracanã, é importante enfatizarmos que não se encontra pesquisas que relacionam esta temática voltada ao ensino de história local, como possibilidade didática de se pensar na construção identitária do estudante maranhense.

Conforme é explicitado pelo Documento Curricular do Território Maranhense - DCTMA (2019, 2022), que orienta a construção dos currículos das escolas maranhenses, versa sobre a importância de se trabalhar os aspectos culturais e identitários inerentes ao Maranhão, se utilizando das palavras “pluralidade” e “diversidade” como eixos fundamentais para o trabalho pedagógico do professor, mas que parecem distantes quando observamos a valorização centralizada, principalmente, na festividade do bumba-meu-boi como a maior representatividade cultural do Maranhão tangenciada no termo “maranhensidade”.

Cabe destacar que esse termo, enquanto conceito alusivo à representação cultural do Maranhão, está contemplado no Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), destacando-o como eixo fundamental para “enxergar a diversidade sociocultural que norteia a construção histórica do estado e de seu povo” (Maranhão, 2019, p.17).

Sendo assim, o bairro do Maracanã pode ser considerado um objeto de estudo contundente para a compreensão cultural e histórica do nosso território, a partir de memórias dos moradores locais que expressam experiências, sociabilidades e vivências construídas desde as relações com seus antepassados escravizados a

devoções a santos, ressignificado ao longo do tempo em forma de simbologias e práticas de antigamente que permeiam o festejo até hoje.

O interesse pela temática a ser pesquisada resulta de experiências com familiares e pessoas do cotidiano que apreciam a realização dessa festa que completa em 2024 mais de 54 anos de existência. No entanto, ainda observamos a pouca visibilidade desse festejo no cenário maranhense, que nos impulsiona a perceber a importância sobre a diversidade cultural presente em nosso estado, mas pouco valorizado pelos próprios maranhenses.

Diante dessa constatação preliminar, é pertinente indagar: Como a memória, a tradição e os elementos culturais constitutivos da Festa da Juçara propiciam a ampliação do conceito de “maranhensidade” e quais possibilidades podem ser discutidas sobre esse festejo para o ensino de história local?

A Festa do Maracanã como parte de uma memória histórica que deve ser preservada, nos leva a considerar a relevância da temática como tema de estudo e ações pedagógicas nas escolas voltadas para a temática de ensino de história local, com vista para o conhecimento dessa festividade na construção da cidadania e identidade cultural dos sujeitos.

Essas e outras questões são relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa por nos impulsionar a compreender a dimensão cultural, social, política e religiosa da comunidade do Maracanã enquanto espaço de tradições, identidades e memórias que contribuem para a ampliação de olhares sobre a diversidade cultural no Maranhão, nos fazendo enxergar ali um patrimônio imaterial.

Para a compreensão dessa magnitude cultural, destaca-se o conceito utilizado por Pesavento (2014) ao tratar da “representação” como “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (Pesavento, 2014, p.39).

No que diz respeito a preservação ambiental, evidencia-se a importância ecológica e sustentável da região do Maracanã, sendo comumente destacado a predominância da juçara, tanto pela representatividade cultural que a comunidade e turistas estabelecem com a natureza, bem como pela historicidade que constitui a identidade local como pontua os estudos de Araujo (2012).

No entanto, cabe destacar que a construção de bairros, habitações e o desenvolvimento das cidades, vêm trazendo consequências a esses ambientes transformados pela ação humana que configuram o modo de vida e as relações estabelecidas entre os sujeitos, o que evidencia a relevância da pesquisa sobre essas transformações urbanísticas e as consequências dos processos de mudanças frente as conjunturas de urbanização, percebendo os impactos e os desafios para a realização dessa festividade, a exemplo do escoamento de esgoto que degrada o solo e a vegetação, em especial os juçaraís.

Portanto, as transformações urbanísticas e as novas intersecções sociais resultantes destas dinâmicas territoriais, que pressupõem mudanças alçadas no desenvolvimento do turismo local e edificações por meio de “projetos globais”, são aspectos que vem trazendo problemas a comunidade e na manutenção dessa festividade.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, fez-se necessário a pesquisa bibliográfica, na qual nos debruçamos na realização de leituras em diferentes estudiosos que já pesquisaram sobre a temática, a exemplo de Mendes, Ribeiro, Rocha (2007), Correa (2010), Araújo (2012), Shiraishi Neto, Lima, Alcobaça (2018), entre outros. Buscamos nesses autores a caracterização do espaço geográfico e histórico sobre a comunidade do Maracanã, assim como para apropriação de algumas categorias conceituais como preconizado por Le Goff (1990) sobre os conceitos “memória”, Hobsbawn e Ranger (1997) em menção a “tradição”, Guarinello (2001) sobre “festa”, Barros (2007) que discute a categoria de “maranhensidade”, Pesavento (2014) que trata sobre o conceito de “representação”, Oriá (2020) sobre a questão de patrimônio, e estudiosos sobre o campo do ensino como Bittencourt (2008), Toledo (2010), Chaves e Stamatto (2015), entre outros, cuja ancoragem favorecerá a abordagem da temática a partir do método dialético.

Sobre o método dialético, as autoras Lima e Mito (2007) ressaltam que para a apreensão da realidade a qual nos propomos estudar necessita-se de uma reflexão crítica, a partir desse método “implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo” (Lima; Mito, 2007, p.40). Por essa razão, o levantamento de estudiosos que pesquisaram sobre a temática é importante porque traz conceitos,

métodos e técnicas existentes sobre o objeto a ser estudado e que podemos contribuir com novas propostas e análises sobre o referido tema.

Para além desses aspectos, utilizamos a pesquisa documental com consulta no Documento Curricular do Território Maranhense- DCTMA (2019, 2022) no que tange o conceito de “maranhensidade”, que teve como fundamentação os estudos de Barros (2007), Corrêa (2012), Silva, Silva e Moura (2020); Viana, Santos e Moura (2021); Belfort (2021) e Santos (2021), entre outros estudiosos, para a compreensão dessa categoria conceitual.

Nesse sentido, cabe ressaltar que desenvolvemos a pesquisa de campo no período da festividade através da abordagem da História Oral, por meio do uso da entrevista aberta, realizado com os comerciantes da Festa da Juçara. Como define os autores Boni e Quaresma (2005, apud. Batista; Matos; Bertasi Nascimento, 2017, p.29)

Entrevista aberta ou em profundidade: Nessa o informante é convidado a falar livremente sobre um tema. As perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões. Ela atende principalmente a finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisa dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão.

Em relação à pesquisa de campo, consideramos que foi um ponto chave para termos noções sobre essa festividade no Maracanã e perceber elementos significativos quanto a sua importância. Corroborando com a perspectiva de Batista; Matos; Bertasi Nascimento (2017), ancorados em Minayo, para os quais as entrevistas contribuem a partir da contraposição de linguagens, para além das eruditas, possibilitando outras formas de olhares e informações sobre a cultura popular.

A importância do desenvolvimento de uma das etapas da pesquisa *in loco* possibilitará, posteriormente, a análise do material coletado das entrevistas a partir do método de Bardin (1977), com leituras aprofundadas que explorem a identificação do conteúdo pela sua unidade de registro e de contexto, estabelecendo uma unidade básica na compreensão de contagem frequencial das palavras para entendermos a codificação da mensagem de seus enunciadores.

Portanto, a referida pesquisa é de cunho qualitativo e exploratória, por considerar que o espaço delimitado a ser estudado pressupõe análises em dimensões

culturais e fenômenos sociais, sem desassociar da abordagem quantitativa que constará na análise das entrevistas.

Esta pesquisa intitulada “A Festa da Juçara no Maracanã: perspectivas de ‘maranhensidade’ à luz de memórias, tradições e identidades para o ensino de história local” realçam o intuito de analisarmos a Festa da Juçara no Maracanã como espaço cultural que precisa ser preservado, visando a sua importância para o ensino da história local como construção do conjunto de identidades que compõem o território maranhense.

Para tanto, nosso estudo estrutura-se em três capítulos, abordando no primeiro capítulo intitulado “A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MARACANÃ: (Re)discutindo conceitos e aspectos da comunidade” realizamos a discussão, a partir de algumas categorias conceituais, trazendo os aspectos constitutivos do bairro do Maracanã e o seu processo de formação sóciohistórico, direcionando essas questões sobre a Festa da Juçara para sua elevação como patrimônio imaterial e refletir sobre essa manifestação cultural para o ensino de história local no contexto maranhense.

No segundo capítulo, denominado “O CONCEITO DE “MARANHENSIDADE”: Apontamentos sobre a valorização histórica e cultural da Festa da Juçara para a identidade maranhense”, realçamos as problemáticas em torno do conceito de “maranhensidade”, subsidiando as discussões a partir de notas teóricas que situam o contexto sobre a construção das tradições folclóricas e a ligação com esse conceito nas propostas governamentais, expressos posteriormente no Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), além de estabelecer uma ligação sobre a construção desse conceito com a própria trajetória de vida e perspectiva pensada por Rosa Mochel na valorização das riquezas do Maranhão.

Como último capítulo, que nomeamos como “ECOANDO VOZES DO MARANHÃO: A Festa da Juçara a partir da narrativa oral para a construção da categoria conceitual de maranhensidade” situamos alguns trabalhos de campo anteriores e apresentamos a nossa própria pesquisa de campo, realizando entrevistas com comerciantes da festa, como tentativa de discutir sobre o atual cenário do festejo e o protagonismo feminino nesse processo de manutenção da cultura.

Portanto, apresentamos neste estudo desenvolver uma pesquisa que buscasse junto aos participantes do festejo materializar as discussões em torno da valorização do lugar e da memória, contribuindo para o campo do ensino de história

novos olhares sobre as identidades que constituem o nosso estado, e tentar alcançar uma história mais plural e multicultural no processo ensino-aprendizagem.

2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MARACANÃ: (Re)discutindo conceitos e aspectos da comunidade

Neste capítulo, buscamos discutir alguns aspectos constitutivos do bairro do Maracanã e o seu processo de formação sóciohistórico. Para o estudo dessa comunidade, analisamos algumas fontes bibliográficas para que pudéssemos estabelecer um diálogo com a referida temática, a partir da utilização de algumas categorias conceituais abordadas por estudiosos que elencamos em nosso referencial teórico, tratando em especial a questão da historicidade, identidade e da memória dos sujeitos com relação a Festa da Juçara.

2.1- A contextualização da comunidade do Maracanã: discutindo conceitos e perspectivas para a análise histórica

A comunidade do Maracanã está localizada na zona rural de São Luís, conhecido pelas exuberâncias da fauna e flora, tornando-se ponto turístico pelas suas trilhas que entrecortam a região, sendo estas a: Trilha Rosa Mochel, a Trilha Joca Guimarães e a Baluarte, pertencentes a Área de Proteção Ambiental (APA), mas que já possui algumas áreas urbanizadas.

Dentre a diversidade natural, destaca-se a juçara, uma fruta típica da região que agrega a prática do extrativismo vegetal como grande valor socioeconômico para várias famílias. Algumas destas famílias se dedicam exclusivamente a este trabalho no período de safra que ocorre nos meses de agosto a dezembro, sendo não somente para consumo de seu vinho, mas também para adubo orgânico, alimentação de animais, artesanato, entre outros.

Pelos estudos de Correa (2010), que analisa a potencialidade na utilização da semente da juçara para a produção artesanal, a autora aponta os aspectos que a semente tem para o desenvolvimento socioeconômico na comunidade do Maracanã e para a ilha de São Luís, demonstrando a presença desta atividade para a gastronomia maranhense, para o artesanato, como contribuição a sustentabilidade e como produto sociocultural importante para o estado do Maranhão.

A importância dessa comunidade muito contribui para as atividades econômicas da região, propiciadas pela realização de festividades que ali acontecem, bem como o caráter religioso presente para a identidade do lugar, sendo um atrativo

para visitantes das mais diversas regiões do país e do mundo, como afirma Araujo (2012) sobre o nascedouro dessa festividade e alguns de seus aspectos:

Maracanã é reconhecido, principalmente, em função de suas festividades, por exemplo, pode-se destacar a festa da juçara realizada desde 1970, aos domingos do mês de outubro. Ao longo dos anos, a festa aconteceu em vários locais na comunidade. A partir dos anos de 1980, encontrou uma residência fixa, o parque da juçara. Festejo que nos últimos anos foi inserido no calendário turístico da Prefeitura Municipal de São Luís. Também, merece destaque o bumba-meu-boi na condição de elemento significativo para seus moradores. O batalhão de ouro – como é conhecido – é uma das brincadeiras mais respeitadas no Estado do Maranhão. Com seu sotaque de matraca, atrai admiradores dos mais variados locais, inclusive, realizando apresentações fora do Estado do Maranhão. O surgimento desta brincadeira está associado ao pagamento de promessa feito por um dos membros da comunidade que, depois da graça concedida, não poderia quebrar o compromisso feito com a entidade religiosa e a partir de então os demais membros desta localidade, também, passaram a fazer seus agradecimentos aos santos. (Araujo, 2012, p.14)

E nesse sentido, cabe destacar as confluências de tradições que foram sendo constituídas ao longo do tempo e que trazem uma característica importante para se analisá-la sobre a comunidade, como a questão da “memória”. Este primeiro conceito diz respeito à própria construção histórica da região em relação ao período do Maranhão escravista, aspectos encontrados em alguns estudos: na dissertação “A Identidade em Movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-1970)” de Marcelo de Sousa Araújo (2012), que analisa a formação da comunidade do Maracanã a partir das memórias dos organizadores e participantes da Festa dos Santos Reis, com ênfase nas percepções e narrativas que constituem as lembranças dos moradores com relação a formação dessa comunidade.

Nos estudos de Araujo (2012), onde é destacado que o conflito entre as duas localidades está centrado principalmente pela discriminação de pessoas “brancas” da comunidade da Alegria contra os moradores do Maracanã, que predominava pessoas de cor “negra”, e que dará origem a partir da década de 1930 a Festa de Reis no Maracanã como simbologia de luta a superioridade branca, algo vivido e rememorado por meio dessa manifestação cultural.

Nesse estudo, Araujo (2012, p.13) pontua que:

Localidade formada por descendentes de escravos que, ao longo de sua história, foram construindo sua estrutura de parentesco por meio de laços consanguíneos e, também, por relações de solidariedade, uma vez que os confrontos com as pessoas da localidade vizinha chamada de Alegria mobilizou nos moradores do Maracanã o reconhecimento de diferenças e identificações, fomentando pelos laços comunitários.

Para a construção sobre o histórico conflituoso entre as duas regiões, Araújo (2012) utilizou a narrativa de histórias contadas por pessoas do Maracanã, sendo estas: Maria da Conceição Soares da Cruz; Onorina Algarves Coutinho; Delfina Iria dos Santos; Naida Mendes; Alice Oliveira Baldez; Marlene Jansen Pereira; Maria do Livramento Garcez Meireles; Berenice Coutinho; Abel Meireles; Roberto Carlos Costa. Sobre a comunidade da Alegria, os depoimentos foram constituídos por: Zeneide Algarves Gonçalves; Matilde Neta Baldez Ventura; Matilde das Neves Nascimento Mendes; Rosa de Fátima Bernardes.

Sobre a composição da festa, é destacado nos estudos de Shiraishi Neto, Lima e Alcobaça (2018) que os “antigos moradores” afirmam que a comunidade do Maracanã se originou de um “antigo quilombo”, representado na Festa de Santos Reis:

A festa de Reis conjuga duas versões, a festa de “Reis Pobres” e de “Reis Ricos”. A distinção das festas de Reis na comunidade entre “Reis Pobres” e “Reis Ricos” tem sua origem no processo de ocupação e organização territorial pelos diferentes grupos. Os escravos fugidos das fazendas ali se encontravam formando um quilombo, daí aquela afirmação de que o Maracanã se constituiu de um “antigo quilombo”. Como nesse período, os ex-escravos não tinham condições materiais, saíam nas casas dos moradores pedindo auxílio para realização da festa de Reis, esta é origem da festa de “Reis Pobres”. A festa de “Reis Ricos”, por sua vez, se origina das famílias que vieram posteriormente a área, comprando pequenos lotes e terrenos para ali se estabelecer. (Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça, 2018, p.108)

Corroborando com os autores, é possível constatar que a luta e resistência dos escravizados foram aspectos apropriados e ressignificados por diferentes grupos e sujeitos. A luta desses moradores do Maracanã resultou na própria construção do seu processo identitário e para a noção de pertencimento entre aqueles sujeitos, uma vez que se encontra nas relações de parentesco a menção de práticas e ritos advindos dos seus ancestrais e representando a valorização de uma longa tradição por meio da narrativa oral.

Consideramos este aspecto da tradição ligado as práticas fixas que são forjadas pelos grupos sociais ou coletivos que presumem uma continuidade com um passado apropriado. Nas assertivas de Hobsbawn e Ranger (1997, p.9)

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado.

A leitura desse passado nos direciona para a importância desses estudos que trazem por meio da história oral as narrativas ligadas ao campo das representações do passado. Este campo de abordagem conta com uma significativa produção historiográfica e textos apresentados em diferentes encontros acadêmicos sob a discussão da História Cultural, como afirma Pesavento (2014, p.42) “[...] pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homes expressaram a si próprios e o mundo.”

E ao observamos essa longa tradição, constitui-se nessa comunidade a construção simbólica de ritos e costumes que representam a própria luta contra o racismo, entre outros elementos que integram as particularidades da região ao modo que estes sujeitos encontraram de sobreviver e coexistir em grupo diante da realidade a qual estavam inseridos, favorecidos no processo constitutivo dos laços comunitários. Para a compreensão dessa amplitude cultural que envolve os sujeitos e suas histórias, destacamos as proposições de Pesavento (2014) ao tratar do conceito de “representação”.

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (Pesavento, 2014, p.39).

Com base na afirmativa da autora acima, o olhar que devemos ter para a compreensão de mundo de outros indivíduos ou grupos estão presentes em muitos desses elementos simbólicos ou manifestações culturais. Estes aspectos estão intrínsecos nessas festividades que exprimem “mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão” (Pesavento, 2014, p.41).

Historicamente, esses conflitos vêm imbricado de simbologias sobre a representação de um acontecimento vivido, sendo as manifestações culturais das camadas populares representativas de uma leitura de mundo. Portanto, as ações desses moradores são elementos da própria luta contra preconceitos, discriminações e que um dia foram perseguidos por setores da elite e autoridades da época que eram contrárias a essas formas de manifestações populares.

Nesse sentido, Arantes (2007) destaca em suas análises como a estratificação da sociedade em classes por vezes é pautado sobre a distinção entre uma “cultura erudita” e “cultura popular”. O autor explica que em muitos momentos da história prevaleceu a visão de que a noção de “cultura” estaria ligada ao “saber”, ou seja, aquela advinda das instituições formadoras que transmitiriam um conhecimento culto e erudito como parâmetro da sociedade, e cabendo as manifestações “populares” associado ao “fazer”, como aspecto desprovido do “saber”. Embora a rigor o autor destaque essa concepção como falsa, essa ideia por muito tempo foi sendo utilizada pelas elites e autoridades governamentais para justificar que as camadas dominantes da sociedade teriam o direito de impor o poder sobre o *labor* e as suas práticas culturais.

Conforme as proposições de Arantes (s/d, p.78)

Se em lugar de nos preocuparmos em "avaliar", do ponto de vista político ou estético, os *feitos* dados imediatamente de nossa observação, atentarmos para a fazer que lhes é subjacente, talvez compreendamos que essa é parte de uma luta constante, muitas vezes explícita, pela constituição da identidade social, num processo que é dinâmico e que passa pelas artes, assim como pelas outras esferas da vida social.

Nesse sentido, fazer teatro, música, poesia ou qualquer outra modalidade de arte e construir, com cacos e fragmentos, um espelho onde transparece, com as suas roupagens identificadoras particulares, e concretas, a que é mais abstrato e geral num grupo humano, ou seja, a sua organização, que é condição e modo de sua participação na produção da sociedade. Esse é, a meu ver, o sentido mais profundo da cultura, "popular" ou outra.

As proposições de Arantes (s/d) podem ser subsidiadas com a própria definição social de festa proposto por Guarinello (2001) como fenômeno social que parte de diferentes interpretações da sociedade. Apropriando-se das acepções teóricas de Guarinello (2001, p.970), o mesmo define alguns aspectos que explicam o termo *festa*:

1. implica uma determinada estrutura social de produção, no sentido de que as festas não são dádivas de Deus, nem caem dos céus segundo nossos desejos. Elas são laboriosamente e materialmente preparadas, custeadas, planejadas, montadas, segundo regras peculiares a cada uma e por atividades efetuadas no interior da própria vida cotidiana, da qual são necessariamente o produto e a expressão ativa;
2. envolve participação concreta de um determinado coletivo, seja ele a sociedade em seu conjunto, ou grupos dentro dela, com maior ou menor expressão ou força legitimadora, distribuindo-se os participantes dentro de uma determinada estrutura de produção e de consumo da festa, na qual ocupam lugares distintos e específicos;
3. aparece como uma interrupção do tempo social, uma suspensão temporária das atividades diárias que pode ser cíclica, como nas festas de calendário, ou episódica, como na comemoração de eventos singulares,

implicando uma concentração da atenção, dos esforços e dos afetos dos participantes em torno de um objeto específico, como segue;

4. articula-se em torno de um objeto focal, que pode ser um ente real ou imaginário, um acontecimento, um anseio ou satisfação coletivos e que atua como motivação da festa, como seu sentido explícito, cuja comemoração ou celebração constitui o *leitmotiv* da festa e que, como tal, se esgota em si mesmo. Isto é, a reunião comemorativa que constitui a festa é seu próprio objetivo.

Em conformidade com as assertivas acima, a rigor, nossa perspectiva de análise se pauta em um conjunto de leituras que buscam abarcar a leitura de códigos, simbologias e registros da Festa da Juçara, visando reconstruir o passado por meio das “representações da vida elaboradas pelos homens do passado” (Pesavento, 2014, p.42), em especial por meio de suas narrativas que trazem diferentes versões a partir de suas experiências que um dia já foram vividas.

A possibilidade de interseccionar e confrontar essas narrativas darem-se pela “memória” de alguns moradores locais que participaram desde o nascedouro da Festa da Juçara. O que podemos agregar a essa discussão por meio desta pesquisa, é justamente a percepção dessa construção histórica que nos remete a “memória” como um conceito interdisciplinar, que perpassa as ciências da antropologia e suas áreas afins, justificando a necessidade de um trabalho de campo que investigue junto aos seus sujeitos suas percepções e cosmovisões sobre essa festividade.

Nesse sentido, destacamos conforme pontua Martins (2021), ressaltamos a literatura existente que buscou trabalhar com o conceito de “memória”:

Sob o influxo da memória historiográfica construída e, recorrentemente comemorada pela tradição dos Annales, embasam os trabalhos as obras *A Memória Coletiva* do sociólogo Maurice Halbwachs (2003); *Matéria e Memória* (1990) do filósofo francês Henri Bergson; *A memória, a história, o esquecimento* (2007) do filósofo francês Paul Ricoeur; *Antropologia da Memória* (publicado na França em 2005 e em Portugal em 2013) e *Memória e Identidade* (2011) do antropólogo francês Jöel Candau e do artigo *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989) do sociólogo e historiador austríaco Michel Pollak e muito presente, Paul Ricoeur, com *A memória exercitada: uso e abuso* (2007). (Martins, 2021, p.18)

Dentre os precursores dessa corrente historiográfica, destacamos as contribuições de Jacques Le Goff (1990), que segundo este estudioso a memória coletiva tem a capacidade de maneira consciente ou inconsciente de expressar por meio da lembrança ou esquecimento a postura dos sujeitos em relação a memória construída pelas disputas de forças sociais pelo poder. Ou seja, a problemática com relação a narrativa histórica é como a sociedade organiza a sua memória, evidenciando atores e períodos em exclusão ou silenciamento de outras histórias.

Em suma, enfatizamos a importância sobre os estudos trazidos pelas narrativas orais como fontes que possam contribuir para a perspectiva da história local, com a intenção de apontarmos a necessidade de pensar esses espaços como lugares que possuem tradições e práticas culturais para além de “memórias oficiais”, muitas vezes pouco problematizados em sala de aula, aspecto a ser discutido no próximo subtópico.

2.2- Conduzindo as discussões sobre a Festa da Juçara como perspectiva patrimonial para o Ensino de História Local

Ao pontuarmos acima aspectos sobre a constituição histórica da comunidade, as suas práticas de representação e a sua ligação com a memória, corroboramos com o fato de a história desse lugar possuir aspectos que fazem parte do processo de construção identitário desses sujeitos, seja individual ou coletivo. Nesse sentido, cabe ressaltar que tanto a memória individual como a memória coletiva perpassam pela memória oficial, geralmente instituída historicamente nos países por suas formas de governo vigente, isto é, quando um determinado grupo elege algum acontecimento considerado como relevante e este fato torna-se comemorado todos os anos, o que requer ser legitimado pelas vias legais e burocráticas.

A memória oficial ou também conhecido como história oficial, é construída a partir de diferentes instrumentos, objetos e espaços que resgatam essas memórias e as transformam em narrativas que vão atribuindo sentido ao processo histórico de um país, a exemplo de documentos, pinturas, museus, casas etc.

No entanto, existem memórias que são exclusas dessa memória oficial e que não são contempladas em museus ou qualquer espaço elegido pelo aparelho estatal como uma história significativa para a construção nacional. Podemos elucidar essas questões quando tratamos de memórias que fazem parte de uma comunidade ou a um grupo de pessoas mais restritos, neste caso, podem ser lembranças e “estórias” que comumente para a maioria das pessoas são diferentes das apreendidas de um ensino tradicional escolar.

Por essa razão, as pesquisas que buscam notabilizar outras narrativas para além da construção da história oficial, e consequentemente, da nossa própria identidade, são motivos que merecem destaque por sua significância social, política e educacional. Ao associarmos a memória, como conceito do nosso campo de

investigação intrínseca a realidade educacional, compreendemos que a sua utilização como categoria conceitual auxilia o(a) professor(a) para tratar de questões ligadas a abordagem da História Local em sala de aula, que pode vir a ser como possibilidade de utilizaras próprias narrativas orais na disciplina de História.

Ressaltamos que a abordagem sobre o ensino de história local não é nova, muito pelo contrário, existe uma gama de estudiosos que tratam sobre a perspectiva de História Local e a sua relação com o ensino de história.

A priori, ressaltamos a discussão pontuada por Schmidt e Cainelli (2004) ao tratar sobre uma significativa produção historiográfica com relação a essa temática como enfoque de estudo, para as quais apontam que a valorização da história local pelos historiadores refletiu diretamente nas propostas curriculares nacionais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio.

No entanto, as autoras acima apontam que a supervalorização dessa perspectiva de ensino provocou uma certa “ilusão de que a realidade imediata é a única e importante fonte de motivação do conhecimento e desencadeadora de problematizações” (Schmidt; Cainelli, 2004, p.112).

Em relação as proposições de Schmidt e Cainelli (2004) também destacam sobre alguns cuidados que devemos adotar com relação a essa perspectiva de ensino, para tanto, as autoras enfatizam algumas questões que precisam ser consideradas quando propomos o uso da história local para a disciplina de História, destacando que:

Em primeiro lugar, é importante observar que uma realidade local não contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos. Em segundo lugar, ao propor o ensino da história local como indicador da construção de identidade, não se pode esquecer de que, no atual processo de mundialização, é importante que a construção de identidade tenha marcos de referência relacionais, que devem ser conhecidos e situados, como o local, o nacional, o latino-americano, o ocidental e o mundial. (Schmidt; Cainelli, 2004, p.112)

Face às contribuições das estudiosas acima, endossamos uma questão fundamental, a compreensão do conhecimento histórico por meio da história local não deve ser reduzida somente ao lugar restrito de sua localidade e seus sujeitos, também está integrado a um conjunto de conhecimentos sobre as questões nacionais e regionais que podemos agregar nas discussões em sala de aula. Esta concepção é

uma estratégia de aprendizagem para uma compreensão múltipla da História e um trabalho que possa visar como um “instrumento idôneo para a construção de uma história mais plural, menos homogênea, que não silencie a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da História” (Schmidt; Cainelli, 2004, p.113)

Em consonância com os estudos desses autores, citamos também Bittencourt (2008), pois ela destaca a importância do ensino da história local na sala de aula por possibilitar conhecer as particularidades dos indivíduos sobre o seu contexto social, para que possam estabelecer significados do passado com a construção da sociedade atual. O intuito é instigar para uma compreensão do lugar em que o estudante ocupa, a exemplo das festas da cidade, a memória familiar, a composição étnica e cultural do território, entre outras características que permeiam seu cotidiano.

Nesse sentido, implica estabelecermos a relação identitária do aluno com o meio em que se insere, principalmente ao conhecimento da “riqueza” e a “diversidade” cultural e histórica que o Maranhão dispõe. Por este motivo, evidenciamos a necessidade de discutir o termo “maranhensidade”, propalado pelo Documento Curricular do Território Maranhense (2019, 2022), visto que ele ainda requer reflexões para se pensar criticamente o processo de formação dos estudantes a partir do ensino de história local.

Por outro lado, a abordagem sobre a história local implica em outras questões também fundamentais ao se trabalhar com essa perspectiva de ensino, ou seja, os procedimentos metodológicos, o enfoque de estudo e os objetivos que se buscam alcançar para o processo do ensino-aprendizagem. Nesse sentido, como já supracitado neste estudo, podemos entender que os fenômenos revolucionários da industrialização e suas consequências históricas distanciaram o homem da natureza, motivo pela qual o campo da História tem como objetivo compreender essas transformações no percurso do tempo, mas também se abre como possibilidade para proporcionar aos educandos uma articulação sobre esses conhecimentos para o exercício de sua cidadania.

Face a todos os aspectos aqui apontados, questiona-se: como pensar a Festa Juçara como abordagem da história local ligada a uma prática que exercite a cidadania dos estudantes? Em razão deste questionamento, buscamos evidenciar essa possibilidade a partir do aspecto de educação patrimonial.

2.2.1- A Festa da Juçara como possibilidade de educação patrimonial: problematizando a questão do patrimônio cultural e as políticas de preservação

A pesquisa sobre a referida festividade possui um propósito para além das análises teóricas e das investigações favorecidas pela pesquisa de campo, buscamos com este estudo também perceber como a construção de outras memórias e identidades podem se fazer presente no ensino de história.

No Brasil, por muito tempo tem sido associado o patrimônio cultural ligado aos monumentos, edificações, entre outros materiais palpáveis, como valor histórico-arquitetônico que deve ser preservado, aspectos que Oriá (2020) afirma que isto se deve, em grande medida, à primeira legislação patrimonial do país por meio da política de preservação do Patrimônio Histórico instituída no Brasil, complementada com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pelo Decreto-lei nº 25/37¹.

Esse conceito norteou, na prática, a política de preservação do patrimônio histórico no país e em diversos estados e municípios da federação brasileira, por força da estrutura de poder centralizador, imposto pelo Estado Novo (1937-1945). Priorizou-se, assim, o patrimônio edificado e arquitetônico – a chamada “pedra e cal” – em detrimento de outros bens culturais significativos, mas que, por não serem representativos de uma determinada época ou ligados a algum fato histórico notável ou pertencentes a um estilo arquitetônico relevante, deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento e até destruídos por não terem, no contexto dessa concepção, valor que justificasse a sua preservação. (Oriá, 2020, p.131)

Com o processo de criação do SPHAN, a preocupação naquele primeiro momento esteve voltada a políticas de preservação das igrejas barrocas, os fortes militares, as casas-grandes e os sobrados coloniais, como monumentos erigidos de uma memória heroica do país, mas que silenciou os espaços ligados a senzalas, os quilombos, as vilas operárias e os cortiços pertencentes a memória da população escravizada e marginalizada. (Oriá, 2020, p.131)

Portanto, Oriá (2020), destaca que o próprio conceito de “patrimônio histórico e artístico” carregou em seu bojo a valorização dos bens materiais e imóveis ligados a personalidades políticas e militares como figuras constitutivas do processo histórico do país, e que, muitas vezes, “não levaram em consideração outros critérios

¹ A referida lei ainda se encontra em vigor, que trata em seu art.1ª o conceito de “patrimônio histórico e artístico”: Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937, Online).

de preservação, bem como a participação da sociedade na seleção e preservação desses mesmos bens” (Oriá, 2020, p.132).

Mas com as questões levantadas sobre a terminologia de “patrimônio cultural” na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (UNESCO), pelo professor francês Hugues de Varine-Boham, ampliou-se a noção de patrimônio cultural, que conceituou a noção de patrimônio cultural de acordo com três categorias de elementos, conforme descreve Araújo (2013, s/p.)

[...] a primeira com os elementos advindos da natureza, pertencentes ao meio ambiente; a segunda correspondente aos bens culturais relativos ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber-fazer, compreendendo toda a capacidade de sobrevivência do homem em seu meio ambiente, ou seja, a própria transformação da natureza e todo o seu processo constitutivo; a terceira e última, considerada a mais importante de todas, pelo fato de reunir os bens culturais propriamente ditos, engloba todas as coisas, objetos, artefatos, obras e construções obtidas a partir do meio ambiente e da transformação humana⁵. Todas estas diretrizes foram redefinidas nos foros internacionais promovidos pela UNESCO, como a Convenção realizada em Haia em 1954², Conferência Nova Delhi em 1956⁷ e do Congresso de Veneza de 1964³.

Atualmente, podemos entender como distinção entre esses três aspectos do patrimônio cultural em: “patrimônio material”, “patrimônio imaterial” e “patrimônio natural”. Sendo assim, a ampliação desse conceito de patrimônio cultural foi posteriormente incorporada na Constituição de 1988, no seu artigo 216, Seção II- DA CULTURA, ao dizer *in verbis*:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988)

Desde então, houve conquistas em relação as políticas de preservação no país a partir da ampliação desse conceito, além de trazer o reconhecimento de

² Conferência Geral da UNESCO, 9ª Sessão, Dezembro de 1956. Recomendações de Nova Delhi sobre preservação do Patrimônio Arqueológico, para bens móveis e imóveis. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=234>.

³ II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos dos monumentos históricos, Maio de 1964. ICOMOS- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, conhecida por Carta de Veneza. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=236>.

inúmeros espaços, práticas e culturas que remetem a memória de diferentes sujeitos como partes importantes na construção da identidade do país. No entanto, ainda nos vemos em alguns dilemas com relação a essa memória oficial, para qual Oriá (2020, p.139) ressalta que “em muitos centros urbanos de nosso país, vivemos o jogo dialético entre a memória e o esquecimento. E nesse jogo, muitas vezes, o esquecimento vem ganhando a partida”.

Essa questão nos remete a uma reflexão dos espaços de memória, em especial o patrimônio cultural reconhecido oficialmente pelos poderes públicos, que nos levam a considerar o processo de “patrimonialização” elegidos como memória oficial para a nossa própria afirmação identitária. No caso de São Luís do Maranhão, existe uma notoriedade no mundo a fora sobre as belezas do modelo arquitetônico português presentes no Centro Histórico da cidade, fato que atrai inúmeros turistas todos os anos para apreciarem os encantos da conhecida “Ilha do Amor”, com suas tradições, costumes e manifestações de diferentes matrizes africanas e indígenas que compõem a diversidade étnica da sociedade maranhense, o que não passa despercebido de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Face ao nosso contexto atual, a busca por políticas de preservação se dá em razão de ações contra a destruição dos espaços de memória, e um dos motivos que podemos elencar é o descaso do poder público diante dessas situações. Nesse sentido, se consideramos que até o patrimônio cultural reconhecido pelo poder público passa por dificuldades em preservar alguns espaços e manifestações culturais, por que não pensarmos nas memórias silenciadas e que passam pelo mesmo processo de destruição?

Por este motivo, enfatizamos que houve muitos avanços com relação a preservação da memória e seus espaços em nosso país, principalmente na legislação e a criação de órgãos institucionais, mas cabe problematizar que muitas outras identidades não estão contempladas nas vias legais de preservação, a exemplo da própria Festa da Juçara, objeto de nosso estudo.

E quando voltamos nosso olhar para algumas práticas pedagógicas desenvolvidas por professores(as), em especial de História, pontua-se que geralmente remetem seus trabalhos sobre a valorização de espaços reconhecidos como patrimônio pela esfera pública. Por exemplo, uma excursão para conhecer espaços relativos a figuras históricas, objetos, casas, bairros ou bairrões

pertencentes a um determinado contexto de época, são selecionados como espaços privilegiados os “centros históricos”, porque sempre estão ligados ao patrimônio da cidade reconhecidos pelas entidades públicas.

Sobre essa discussão, podemos agregar as proposições de Oriá (2020, p.128-129), na qual considera que:

A cada dia tomamos conhecimento de iniciativas destinadas à criação de centros de memória, projetos de revitalização de sítios históricos urbanos, instalação de núcleos de documentação e pesquisa, memoriais, museus, programas de história oral, elaboração de vídeos e documentários etc. No Brasil, onde a máxima de ser um “país sem memória” constitui uma idéia já cristalizada, essas iniciativas devem ser louvadas e apoiadas, não sem uma reflexão mais crítica.

Nesse intento, a caracterização da própria formação histórica e informações sobre a construção do próprio festejo pelos moradores da comunidade do Maracanã, nos fornece subsídios para se pensar a identidade do lugar como um patrimônio imaterial. Acerca dessa afirmativa, encontramos aporte nas discussões de Marcia Conceição da Massena Arévalo, em seu artigo intitulado “Lugares de memória ou a prática de preservar: o invisível através do concreto”, ao analisar em seu estudo:

[...] a necessidade da ritualização de uma memória e como este processo necessita de um espaço físico como âncora na formação de um tipo de memória exigida na sociedade contemporânea: a coletiva, ainda que não universal, mas que permite ao indivíduo ter acesso a um processo de identificação. (Arévalo, 2005, s/p)

Arévalo (2005) ao trabalhar com o conceito de “lugares de memória”, de Pierre Nora, enfatiza como a memória se materializa a partir do concreto, estando presente no próprio lugar, no gesto, na imagem, no objeto etc. Nesse sentido, a narrativa de uma história diz respeito a sua própria relação com a materialidade, sendo uma necessidade de resposta a identificação do indivíduo contemporâneo, em que diferentes grupos e comunidades passam pelo processo de apagamento de suas identidades frente a expansão dos ditames do capital.

Portanto, é a partir de estudos e pesquisas voltadas para a história local que encontramos a possibilidade de tratar a Festa da Juçara como espaço de discussão para além do meio acadêmico, na intenção de ecoar as “vozes” dos moradores e participantes dessas festividades na abordagem do ensino de história e para a sociedade em geral.

Feitas essas discussões iniciais, podemos destacar o que está expresso no livro de Circe Bittencourt (2008), intitulado “Ensino de História: fundamentos e

métodos”, como a autora pontua questões sobre as propostas curriculares e em algumas produções didáticas a introdução da história do cotidiano e a história local, que estão geralmente ligados pela preocupação de demonstrar o fazer das pessoas comuns como participantes de uma história mais global ou nacional. E nesse sentido, a autora neste livro ressalta a importância de se trabalhar com a memória, conforme é destacado:

A história local, por outro lado, tem sido elaborada por historiadores de diferentes tipos. Políticos ou intelectuais de diversas proveniências têm-se dedicado a escrever histórias locais com objetivos distintos, e tais autores geralmente são criadores de memórias mais do que efetivamente de história. A memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para historiadores como para o ensino. (Bittencourt, 2008, p.168)

De acordo com a citação acima, enfatizamos que neste estudo busca-se tratar sobre essas questões nos próximos capítulos, a partir de um conjunto de documentos e, principalmente, das narrativas dos comerciantes do Parque da Juçara, onde acontece o festejo, na medida que buscamos discutir essas outras “memórias” como aspecto fundamental para a reflexão sobre a perspectiva conceitual de “maranhensidade”, termo propalado no Documento Curricular do Território Maranhense- DCTMA.

3- O CONCEITO DE “MARANHENSIDADE”: Apontamentos sobre a valorização histórica e cultural da Festa da Juçara para a identidade maranhense

Neste capítulo, é válido problematizarmos a construção do *ser maranhense* como aspecto conduzido por diferentes setores da sociedade, ou seja, a articulação política e intelectual que favoreceu a origem do termo “maranhensidade”. Face a este contexto, este conceito está contemplado no Documento Curricular do Território Maranhense-DCTMA (2019, 2022), tanto do ensino fundamental como do ensino médio, enquanto norma curricular para a elaboração dos currículos das escolas maranhenses, este documento norteador tem a importância de estabelecer os conteúdos e ações pedagógicas para serem trabalhados em sala de aula, carecendo de maior aprofundamento do conceito de “maranhensidade” para o entendimento do seu significado.

Nesse sentido, destacaremos como alguns aspectos da própria Festa da Juçara, fundadores e participantes podem ser sujeitos que tem muito a contribuir para se pensar na diversidade cultural do Maranhão e na própria categoria conceitual de “maranhensidade”.

3.1- A concepção de “Maranhensidade”: notas teóricas e proposições no currículo local

A discussão que buscamos fazer sobre o conceito de “maranhensidade” respalda-se em análises e discussões já realizadas por estudiosos como Barros (2005), Corrêa (2012), Silva, Silva e Moura (2020); Viana, Santos e Moura (2021); Belfort (2021) e Santos (2021). Muitos desses autores supracitados tecem análises contundentes para se refletir sobre este conceito, principalmente no que tange a sua definição.

No estudo de Barros (2005), em seu artigo intitulado “A Terra dos Grandes Bumbas: a maranhensidade ressignificada na cultura popular (1940-1960)”, traz em seu texto a abordagem sobre os processos de invenção e reinvenção do termo “maranhensidade”. Neste estudo, é discutido sobre o processo da manifestação cultural do bumba meu-boi em que, entre as décadas de 40 e 50 do século XX, foi “relida e encenada para além das letras que antes a instituíam como uma manifestação bárbara, e começa a fazer parte do texto que identifica, significa e propaga o Maranhão e o maranhense” (Barros, 2005, p.99).

O autor aponta para um momento central da história quando ocorre esse processo de transformação da festa do bumba-meu-boi de uma “manifestação bárbara” para uma manifestação nos moldes da identidade maranhense, conforme pontua em seu estudo:

Apesar disso, localizamos dois momentos-chave nos quais encontramos a realização daquela operação: o primeiro coincide com a publicação da Revista Athenas e o segundo com a Geração de 45. Em ambos os contextos, alguns seguirão no velho tratamento que considera preconceituosamente as “coisas do popular” e outros começarão o processo de apropriação dessas manifestações [...].

Correlacionados àqueles contextos, há dois momentos políticos que perpassam este período. Primeiro, entre fins da década de 30 e metade da década de 40, quando Paulo Ramos foi Interventor (15/08/1936 – 23/3/1945). Depois, de meados da década de 40 até meados da década de 60, período correspondente à oligarquia vitorinista que será substituída por uma outra, a oligarquia Sarney, em 1965. Os interventores que substituíram Paulo Ramos: Clodomir Serra Serrão Cardoso (23/3/1945 – 7/11/1945), Saturnino Belo (16/2/1946 – 10/04/1947) e João Pires Ferreira (10-14/4/1947). Os governadores no período vitorinista: Sebastião Archer (1947-1951), Eugênio Barros (1951-1956), José de Matos Carvalho (1957-1961) e Newton de Barros Bello (1961-1966). Neste cenário, terão papel fundamental membros da chamada “Geração de 45”. (Barros, 2005, p.99)

Portanto, conforme aponta Barros (2005), esse processo de passagem do bumba-meu-boi está ligado a impressos de vários textos e imagens sobre essa manifestação que vai constituir uma visão dos traços singulares do Maranhão e do povo maranhense pautado na afirmação da “Athenas”, mas ressignificada pelas raízes fincadas nas heranças africanas e indígenas.

O estudo de Barros (2005) nos revela que a atuação de intelectuais e órgãos oficiais de cultura para o reconhecimento do bumba-meu-boi como símbolo da identidade cultural do Maranhão, resultou em transformações para a própria manifestação cultural, antes conhecida como história de conflitos entre brincantes do bumba-meu-boi e as elites locais, passando a ser constituída como uma história edificante da singularidade maranhense.

Corroborando com as proposições de Barros (2005), podemos afirmar que o âmbito político ao reconhecer paulatinamente entre as décadas de 1940 e 1950, as manifestações do bumba-meu-boi, presentes na própria identidade maranhense, revela o intuito de preconizarem uma “marca” da nossa região como aspecto diferenciador de outros estados da nação, mas que não foge do projeto modernista do país, em que “as tradições nacionais só têm sentido enquanto caracterizadas como tradições populares” (Barros, 2005, p.111).

O contexto das décadas de 1930 e 1940, ligado as conjunturas do Estado Novo e pela ideologia nacionalista, objetivou cooptar intelectuais no processo de construção da nação, o que reflete também as contradições existentes entre os próprios pensadores em constituir a identidade de seu próprio estado. A partir de 1945, os debates acerca do folclore brasileiro intensificaram-se com a criação do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura ao deliberar a fundação da Comissão Nacional de Folclore em 1947, irradiando para diferentes estados a necessidade de estudos sistemáticos sobre as tradições populares no Brasil.

No que diz respeito ao contexto maranhense, expressa-se a complexidade de eleger o que seria trazido como “tradições maranhenses”, na qual

[...] de um lado, os defensores da cultura popular, mais claramente os intelectuais e outros prováveis simpatizantes. De outro, possivelmente, os prisioneiros da tradição erudição ludovicense. E, para complexificar tudo isso, no meio, os produtores da cultura popular, vivenciando a experiência urbana do popular (Corrêa, 2012, p.99)

Além desses grupos sociais que pertencem a este processo constitutivo da cultura popular maranhense, acrescenta-se a produção de periódicos em jornais como “O Imparcial” e o “Diário do Norte” durante os anos de 1940, o que permitiu a popularização e participação de setores populares nos debates que permeavam a questão do folclore, conforme destaca Corrêa (2012, p.100)

[...] tendo como redator-chefe, um dos principais mediadores desse movimento no Maranhão, o intelectual Antonio Lopes, que usou, além da imprensa local, as sedes dos Clubes Sociais, tais como o Casino Maranhense, o Grêmio Litterário Recreativo, para mobilizar a sociedade no que tange à valorização do folclore.

Ou seja, estes espaços utilizados como palco de debates favoreceram a sustentação de discursos em prol da manutenção das práticas e festividades que viriam a constituir a tradição maranhense. Para definir os rumos do folclore maranhense, instituiu-se a Subcomissão Maranhense de Folclore em 1948, “[...] a convite feito por Renato Almeida, Secretário Geral da Comissão Nacional de Folclore a Antonio Lopes” (Corrêa, 2012, p.103), participando dessa organização outros companheiros de pesquisa como Rubem Almeida, Lucí Teixeira, Fernando Perdigão, Fulgêncio Pinto, Domingos Vieira Filho e Mário Meireles.

Portanto, o esforço empreendido pelos diferentes setores da sociedade para a construção da identidade maranhense nesse período se apresenta como ações voltadas para a edificação de uma singularidade da territorialidade do povo

maranhense, possuindo premissas nos próprios escritos e reescritos nos meados do século XX. Este aspecto do “ser” maranhense tem revelado o interesse pelos dispositivos do aparelho estatal em direcionar forças motrizes para o investimento do setor econômico do Maranhão, resultado das transformações globalizantes do século XXI, que alça transformar a cultura popular e seus sujeitos para fins de um projeto mercadológico.

Como resultado desse contexto, o bumba-meu-boi passa de seu estado de subalternização para o patamar de representação da identidade maranhense, aspecto que atualmente tem sido amplamente divulgada na imprensa e nos veículos de informação oficiais do Estado. No entanto, é notório ressaltar que na divulgação do bumba-meu-boi nem todos os sotaques vêm sendo preservado, por exemplo, o próprio sotaque “Costa de Mão”, que tem perdido significativamente a participação de brincantes, seja por causa das “costas” da mão que com o tempo sofrem lesões permanentes, seja pela falta de financiamento do Estado para a popularização desse sotaque, principalmente nos períodos dos festejos juninos.

Essas discussões favorecem direcionamentos para outras possibilidades de análises em trabalhos acadêmicos, o que não cabe nesse estudo discutirmos as problematizações em torno dos sotaques do bumba-meu-boi nas políticas de preservação do Maranhão.

Nesse sentido, podemos destacar como o conceito de “maranhensidade” atualmente encontra-se contemplado nas propostas curriculares do estado do Maranhão, trazidos pelo Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA).

Em conformidade com Belfort (2021), este termo foi cunhado durante a política governamental de Jackson Lago (2007-2009) em seu governo, na qual defendia essa visão cultural e de grande difusão na mídia. No período em que o governo de Roseana Sarney (2009-2014) esteve no poder, o termo “maranhensidade” não foi empreendido como propaganda pelas pastas de secretarias de cultura, sendo retornado no governo de Flávio Dino (2015-2022) nas normas curriculares local.

Neste período do governo de Flávio Dino, o termo “maranhensidade” vai assumir destaque no Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), onde expressa a seguinte concepção:

Ao consolidar o currículo do território maranhense para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental é necessário enxergar a diversidade sociocultural que norteia a construção histórica do estado e de seu povo. Assim, faz-se

necessário ter a “maranhensidade” como eixo fundamental da construção deste currículo.

Ao expressar essa perspectiva curricular, cabe ratificar aspectos inerentes ao Maranhão, tendo como matriz sua singularidade, sem negar seu contexto regional e nacional. Nessa concepção, o currículo não é apenas o conteúdo sistematizado a ser ministrado nas aulas pelos professores, ele deve ser um espaço onde a pluralidade, a diversidade e a laicidade se inter-relacionam e, nesta interação, ocorra a aprendizagem (Maranhão, 2019, p.17).

Este conceito, posteriormente, foi retomado também no Documento Curricular do Território Maranhense para o ensino médio de 2022, conforme expresso abaixo:

Nessa perspectiva, ao apresentarmos o Novo Currículo para o Ensino Médio do Maranhão, reconhecemos a diversidade de sujeitos presentes em nosso estado e respeitamos os diferentes contextos escolares. Por essa razão, reiteramos a necessidade de enxergar a diversidade sociocultural que norteia a construção histórica do estado e de seu povo, tendo-se a “maranhensidade” como eixo fundamental da construção deste currículo.

Nessa perspectiva curricular, ter-se-á como referência os aspectos inerentes ao estado do Maranhão, mas sem deixar de articular as perspectivas formativas dos estudantes para o contexto mais amplo, em que se considera cada indivíduo não só como um ser que pertence a muitos espaços de uma nação chamada Brasil, mas, também, pertencente a um contexto mundial. Cada indivíduo é visto na perspectiva de um ser que se completa na totalidade, que se constrói a partir da dimensão de uma formação integral. (Maranhão, 2022, p.15)

Embora os documentos do DCTMA estejam alinhados a BNCC, suas propostas trazem como diferencial designar o termo “maranhensidade” como eixo fundamental na elaboração do currículo com a perspectiva de se trabalhar com os estudantes a “pluralidade, diversidade e laicidade” do estado e do povo maranhense.

O DCTMA foi construído tendo em vista um currículo que trate das especificidades do estado, sendo estabelecido em seu texto diretrizes e eixos considerados como basilares às escolas para a organização dos seus projetos pedagógicos, destacando o termo “maranhensidade”. No entanto, este conceito apresenta-se “esvaziado” de explicações que possam favorecer aos professores um significado de sua terminologia, além de não atribuir quais seriam os direcionamentos teóricos e metodológicos para alcançar esta formação identitária dos estudantes.

Em primeira análise, destacamos as contribuições de Duarte, Silva e Moura (2020) ao tratar do DCTMA como documento que possui alinhamento aos pressupostos da BNCC.

[...] o DCTM tem na sua essência tudo que a BNCC defende e incorporou o conceito utilitarista de formar pessoas com as competências para o mercado de trabalho. Ao analisar o processo de elaboração da BNCC e do DCTM encontra-se as bases conceituais de competência utilizadas anteriormente

em outros marcos legais da educação brasileira (Duarte; Silva; Moura, 2020, p. 32).

Ainda em suas análises, constata-se que novas reflexões são necessárias para compreender a força de disputa em torno do currículo. Nesse sentido, é fundamental compreender as contradições que estes documentos proporcionam para a formação dos sujeitos brasileiros. Deste modo os autores acentuam:

Cabe destacar que nem a BNCC nem o DCTM podem engessar o pensamento crítico que deve ser preponderante na reformulação dos currículos. O mais importante nesse momento de implantação da base é buscar compreender o tipo de pessoas que queremos formar, qual modelo educacional atende a formação de sujeitos capazes de perceberem contradições sociais e apresentarem-se como uma esperança de mudanças (Duarte; Silva; Moura, 2020, p. 32).

Com base nas discussões apresentadas, ressaltamos algumas proposições dos autores Silva, Silva e Moura (2020), que discutem o termo “maranhensidade” presente nesta proposta curricular. Os autores ao analisarem o texto do documento, encontram uma ênfase do discurso sobre a valorização identitária do Maranhão, mas o documento não trabalha sobre quais aspectos constituem a própria diversidade presente no estado, e que não encontram direcionamentos de propostas metodológicas para se trabalhar com as diferentes manifestações da cultura popular e aos seus locais de expressão.

Em consonância com os estudos dos autores acima, encontramos aporte nos estudos de Fernandes, França e Chaves (2022), no artigo intitulado “Os sentidos de ‘maranhense’ e ‘maranhensidade’ no documento curricular do território maranhense: cultura, raça e educação”, questões que se voltam para a proposta desse termo aos currículos das escolas e no próprio processo de aprendizagem dos estudantes, constatando que:

Da versão dominante nós já sabemos e percebemos como ela é retomada pelo DCTMA ao dizer que o Maranhão tem vocação para o turismo, que o estado tem uma vocação laboral voltada para a terra, na agricultura e na pecuária, dentre outros enunciados que integram nosso percurso analítico. O Maranhão e o maranhense se fundem em uma enunciação que oculta o sujeito da superfície linguística o fazendo emergir na memória discursiva (PÊCHEUX, [1983] 2012), ou seja, na trama de sentidos em que o captura como sujeito braçal, exótico, selvagem. (Fernandes; França; Chaves, 2022, p.565)

Com base na constatação das autoras acima, nota-se o intuito do DCTMA alinhado aos próprios intentos da BNCC, ou seja, a formação de um estudante

capacitado para um mundo do trabalho e condicionando a posição do sujeito para atuar no ambiente em que se encontra inserido.

Ao trazermos essas reflexões para o contexto da Festa da Juçara, ressaltamos que as ações governamentais não direcionam a visibilidade dessa festa com o mesmo destaque de projeção no cenário maranhense em relação a outras festividades, como o fazem em relação as festas do bumba-meu-boi. Este tratamento diferenciado do Estado em relação ao bumba-meu-boi contempla uma posição que restringe outras práticas culturais. Conforme pontuam Silva, Silva e Moura (2020, p.11) “A mídia local e nacional propagava a ideia dessa cultura como sendo a maior representação cultural do estado do Maranhão”.

Essas análises possuem prosseguimento ao destacarmos as perspectivas de Viana, Santos e Moura (2021, p.193) que apontam as seguintes conclusões:

No nosso entendimento, o DCTMA faz um esforço enorme para criar determinações e obrigações quanto ao ensino associado à maranhensidade, para os componentes curriculares de língua portuguesa, artes, história e geográfica; mas esquece dos demais; esquece ainda de destacar concepção de componente que difere da abordagem de disciplinas escolares. Chamar as antigas disciplinas de componentes curriculares está associado à ideia de interdisciplinaridade, a fim de que esses componentes possam dialogar entre si, bem como fazer com que o termo Maranhensidade seja a espinha dorsal dos componentes curriculares.

Entretanto, o que nos parece é que a memória discursiva da equipe que construiu o DCTMA está marcada pela relação com o social e o histórico do espaço-tempo da ilha de São Luís, filiando-se às redes de sentido folclorizadas ao tratar da maranhensidade. Desse modo, há indícios, a partir dos escritos no DCTMA, da dificuldade que professores do estado do Maranhão possam experienciar a questão para poderem pensar a maranhensidade em suas práticas de ensino, relacionadas ao componente curricular que lhe é de obrigação.

Em suas análises, os autores se voltam para a perspectiva do norte do Maranhão como privilegiado no DCTMA de 2019, a começar pela capa que apresenta ilustrações dos Lençóis Maranhenses, cocais, os azulejos dos prédios históricos de São Luís e o bumba-meu-boi. Nesse sentido, trazem uma certa omissão aos pontos turísticos e traços culturais do Sul do Maranhão, mas cabe frisarmos que muito das identidades presentes no norte do estado também não se vê presente neste discurso oficial do documento curricular.

E corroborando com os autores supracitados, destacamos as proposições de Belfort (2021) que dá continuidade a análise deste documento normativo, trazendo a seguinte crítica:

Mesmo destacando que a maranhensidade é uma concepção que busca valorizar as particularidades regionais do povo maranhense, os autores esclarecem em suas análises que há cidades maranhenses que valorizam em seus respectivos processos pedagógicos hábitos, costumes e a cultura local, ou seja, não seguem as normas propaladas pelo DCTMA. Logo, esta fala é sintomática, pois evidencia que tal conceito institucionalizado por este documento não reflete a construção das identidades culturais de todos os municípios maranhenses. (Belfort, 2021, p.35-36)

Sobre essa discussão, a estudiosa Santos (2021), acrescenta em suas análises que o referido termo necessita de um aprofundamento teórico para melhor compreensão.

Ao tratar do currículo, o documento ressalta que 'é necessário enxergar a diversidade sociocultural que norteia a construção histórica do estado e seu povo' (2019, p. 17). Assim, defendem a necessidade de discutir e considerar a "maranhensidade" como eixo fundamental deste currículo, muito embora não expliquem o conceito de maranhensidade e nem apontam estudiosos dessa categoria conceitual. (Santos, 2021, p.328)

Diante de tantas reflexões e críticas sobre o termo "maranhensidade" contemplado no DCTMA, percebe-se que existem estudos trazendo análises que evidenciam a problemática desse conceito, pois ele possui uma fragilidade teórica e metodológica na orientação da construção aos currículos escolares e em relação ao trabalho pedagógico que cada área de conhecimento deveria adotar em sua prática de ensino.

Portanto, cabe em nossa pesquisa trazer a importância de alguns sujeitos e o valor histórico e cultural da Festa da Juçara, a ser tratado no decorrer desta pesquisa, merecendo destaque mencionar os sujeitos partícipes no processo de organização e realização dessa festividade.

3.2- Rosa Mochel como uma figura de mediação: biografia, produções e protagonismo na origem da Festa da Juçara

Cabe destacar que se faz necessário apontar os sujeitos que participaram no processo de construção da Festa da Juçara, que no ano de 2024 está comemorando a sua 54ª edição. Dentre tantas pessoas envolvidas nesse processo, é notório a menção ao nome de Rosa Mochel Martins, que possuiu destaque na organização e realização dessa festividade ainda em seus primeiros momentos, por ter cedido o sítio de sua família para a concretização desse projeto de valorização a comunidade do Maracanã na década de 80.

Considera-se importante fazer uma breve apresentação sobre a vida de Rosa Mochel Martins, destacando-se como fonte o texto a preito de José Augusto Silva Oliveira, professor e ex-reitor da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, e, atualmente, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM.

Rosa Mochel Martins, nasceu no Município de Miritiba em 19 de janeiro de 1919, atualmente esse município é denominado de Humberto de Campos, era a oitava filha do casal José Augusto Mochel e Ercília Rodrigues Mochel. Em sua trajetória acadêmica, formou-se como Professora Normalista, depois formou-se como Geógrafa e Historiadora, além de ser a primeira mulher do estado do Maranhão a se formar em Engenharia Agrônoma. Consideramos que foi neste período que ela conheceu e se casou com o engenheiro agrônomo Ezelberto Martins (Oliveira, 2023).

Como afirma Oliveira (2023), segundo o Engenheiro Agrônomo Lourenço José Tavares Vieira da Silva, idealizador e fundador da Escola de Agronomia do Maranhão, hoje incorporada à estrutura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Rosa Mochel Martins iniciou o curso de Agronomia no Maranhão ainda na década de 40. A iniciativa logo se encerrou tendo não mais do que uma ou duas turmas, o que a levou a concluir seus estudos no Rio de Janeiro.

No entanto, em seu documento de identidade disponibilizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM, é atestado que já se encontrava diplomada em 22 de dezembro de 1938, e casada com Ezelberto Martins.

Figura 1: Documento de identidade de Rosa Mochel



Fonte: Arquivo disponibilizado pelo acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão- IHGM

A Engenheira Agrônoma Rosa Mochel integrou o quadro de profissionais do Ministério da Agricultura, como Assessora Técnica, e por sua notória formação acadêmica, teve a oportunidade de ocupar diversos cargos na estrutura do Governo do Estado do Maranhão, além de ter significativas atuações em diferentes setores da educação e de pesquisa referentes a agricultura, conforme destaca Oliveira (2023, Loc.80):

Com cursos de especialização e aperfeiçoamento, o de Aperfeiçoamento de Professores para o Magistério, Curso de Professores de Geografia de Ensino Superior, Curso de Folclore, Curso de Agricultura, entre outros, Rosa Mochel foi Engenheira Agrônoma da Seção de Genética da Universidade Rural do Rio de Janeiro, Chefe do Campo de Sementes dos municípios de Codó e Coroatá, no Maranhão, e do Setor de Agrostologia da Granja Barreto, em São Luís.

Sendo assim, Rosa Mochel também se formou como professora normalista, Geógrafa e Historiadora (Bacharelado), além de atuar frente a Secretaria de Educação e Ação Comunitária de Toponímia para a Conservação do Patrimônio Histórico do Município de São Luís. No arquivo público do Estado ainda se encontra diversos mapas desenhados por ela de diferentes municípios, na qual trazemos a de São Luís:

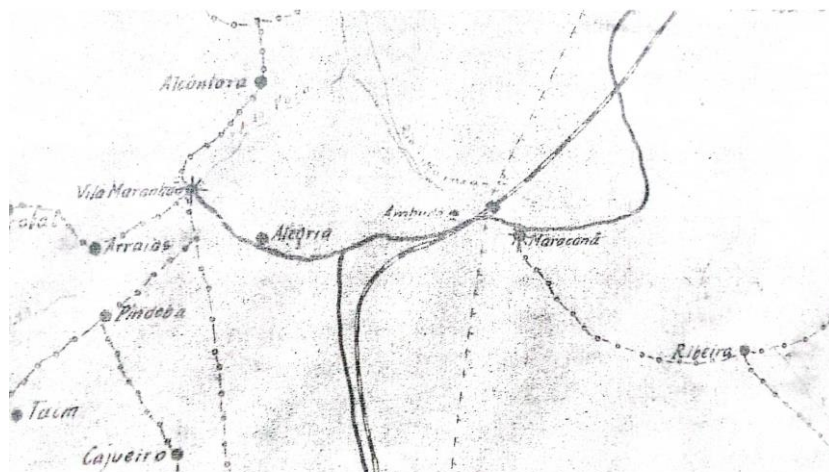
Figura 2: Mapa desenhado por Rosa Mochel do município de São Luís



Fonte: “Inventário de títulos: mapoteca 2” (2013) do Arquivo Público do Estado do Maranhão.

No recorte a este mapa, podemos até mesmo situar o Maracanã, classificado como “sede de setor censitário”, e mais ao lado a comunidade da Alegria, classificado por ela como “povoado”, o que suscita visualizar geograficamente as duas comunidades que antes eram palcos de conflitos conforme as assertivas de Araújo (2012).

Figura 3: Recorte do mapa desenhado por Rosa Mochel do município de São Luís.



Digitalizado com CamScanner

Fonte: “Inventário de títulos: mapoteca 2” (2013) do Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Outrossim, auxiliou o geógrafo e engenheiro maranhense, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, Dr. José Eduardo de Abranches Moura (irmão de Dunshee de Abranches) na elaboração da nova “Carta do Estado”.

Consideramos que este momento foi importante para esta estudiosa, pois possibilitou o desenvolvimento de estudos das linhas divisórias e demarcações dos municípios de Coelho Neto, Buriticupu, Urbano Santos, Humberto de Campos, Pastos Bons, Mirador, Colinas, Pedreiras, entre outros, demonstrando seu tino para a política.

É possível demonstrar a ligação da Rosa Mochel em diferentes âmbitos da vida social a partir de matérias publicadas em jornais, além de outros documentos disponibilizados pela sua família ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, com destaque para as suas atividades políticas, buscando promover ações educativas para a formação intelectual de crianças, jovens e o público em geral, a exemplo da Escola de Artes Plásticas que entrou em funcionamento a partir do dia 6 de abril de 1972, na praça Marechal Deodoro, em São Luís:

Figura 4: Recorte do jornal O Imparcial (13/03/1974) sobre a inauguração da Escola de Artes Plásticas



Fonte: Arquivo disponibilizado pelo inventário do Arquivo Público do Estado do Maranhão

A participação de Rosa Mochel nesse momento de inauguração contou com a presença de notórias figuras políticas e instituições civis, como o prefeito Haroldo Tavares, a primeira-dama do Estado, sra. Eney Tavares Neiva de Santana, a presidente da Fundação de Bem-Estar Social do Maranhão, da coordenadoria de Educação e Cultura do Município, além de outros profissionais, citando nesse ímpeto professores.

Abaixo apresentamos um recorte do jornal, imagem disponibilizada pelo acervo do IHGM, sendo interessante perceber que a oratória do prefeito Haroldo Tavares ocupa papel de destaque na redação do texto, apesar da Escola de Artes Plásticas ser um projeto idealizado por Rosa Mochel.

Este material pode nos levar a discutir como a figura masculina, bem como seu papel de importância política naquele contexto, ocupa um espaço privilegiado nas manchetes, em contraposição a representação de uma mulher que tem um papel secundário nesse cenário de inauguração. Conforme expresso na Figura 5:

Figura 5: Recorte do texto do jornal O Imparcial (07/04/1972) sobre a inauguração da Escola de Artes Plásticas



Fonte: Arquivo disponibilizado pelo inventário do Arquivo Público do Estado do Maranhão

É enfatizado no discurso do prefeito que este projeto traz “a iniciação do desenvolvimento folclórico de São Luís e do Maranhão”, e acrescenta que “muito

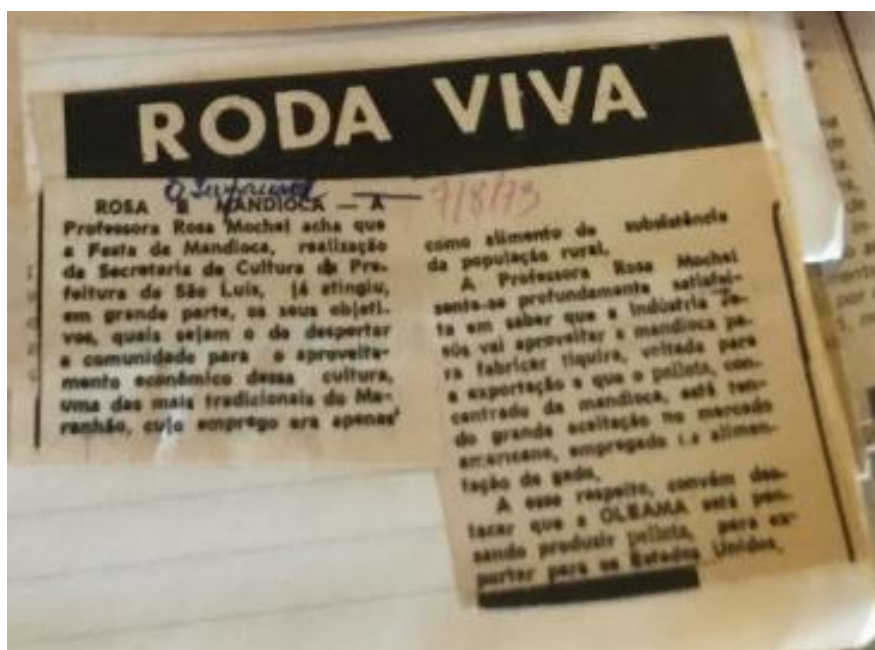
breve, os artistas maranhenses poderão oferecer trabalhos dignos de boa apresentação no sul do País, dando, assim, ao Maranhão, a possibilidade e destaque em outras capitais brasileiras” (O Imparcial, 07/04/1972).

Esta menção proferida pelo prefeito sobre a projeção artística e cultural do Maranhão para outras localidades, restringida as “capitais”, nos remete aos diferentes interesses políticos em popularizar a cultura maranhense a partir dos ares da erudição, demonstrando a concepção do que temos de mais moderno, pelo menos culturalmente.

Se partirmos do entendimento de Dias e Matos (2012), compreenderemos essas ações como políticas-públicas que geram impactos – ao mesmo tempo, relativamente positivo, mas também coercitivo – a população, podemos inferir que assegurar políticas de educação e miragens de potenciais econômicos são projetos governamentais que cativam os conflitos sociais momentaneamente.

Nesse sentido, é interessante pontuar neste estudo que a concepção de Rosa Mochel vai valorizar mais as práticas populares nessa proposta de projeção cultural e econômico, ainda que esteja ligado a esfera do poder político. Sobre este aspecto ao atentarmos para o recorte do jornal abaixo, observamos a menção ao festejo da mandioca, alimento de consumo da população rural, aspecto que vai significar para Rosa Mochel um potencial econômico a nível internacional.

Figura 6: Recorte do jornal O Imparcial (07/08/1973)



Fonte: Arquivo disponibilizado pelo inventário do Arquivo Público do Estado do Maranhão

Em outros recortes de jornais datado de 13 de março de 1974, suas ações demonstram o esforço em popularizar atividades culturais com a proposta de difundir teatros populares para outros bairros, principalmente ao público estudantil. Dentre eles, destaca-se os bairros da Alemanha, João Paulo, Monte Castelo, Lira e Tirirical, até então distantes do Teatro Artur Azevedo e que era considerado como “muito requintado” para essas pessoas.

Figura 7: Recorte do jornal O Estado do Maranhão (13/03/1974)



Fonte: Arquivo disponibilizado pelo acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão- IHGM

Ela também exerceu o magistério como professora no Liceu Maranhense em São Luís, no Instituto Rosa Castro e na Escola Técnica do Comércio e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Foi na década de 70, membro do Departamento de Geografia e Estatística da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, atuando como docente e Assessora Técnica do Programa Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), criado em 1965, com o objetivo de formar profissionais adequados às exigências das áreas interioranas do Brasil. (Oliveira, 2023)

Sua atuação estava ligada principalmente a defesa do meio ambiente, onde seu vínculo com a natureza resultou na criação do horto florestal no bairro do Maracanã, zona rural de São Luís. Rosa Mochel desenvolver neste espaço, ações para o cultivo de diversas espécies, cujas sementes eram objetos de doação, o que

era feito com o intuito de contribuir para a preservação do ambiente local, buscando ajudar aos moradores da região. (Oliveira, 2023)

Além desse projeto de fomentar as atividades agrícolas na região do Maracanã, local que seria palco para o festejo da juçara, cabe destacar que esta estudiosa foi indicada, em 26 de abril de 1978, a ser membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão –IHGM, ocupando a cadeira de número 09, patroneada pelo historiador e administrador colonial Bernardo Pereira de Berredo e Castro (governador do Estado do Maranhão entre os anos de 1718 a 1722).

Este momento de sua inserção no IHGM expressa que ela foi uma intelectual que alcançou os objetivos de trazer contribuições significativas para o Maranhão. Sendo assim, as suas iniciativas de popularização da cultura e de produções bibliográficas ligadas aos festejos e costumes populares, favoreceram a esse cenário evidências de uma construção identitária da população maranhense. Pautada em princípios de valorização a natureza nativa da região e um olhar para outras expressões culturais para além do bumba-meu-boi.

Um ano depois, destaca-se no processo das atividades agrícolas algumas iniciativas voltadas para a conscientização e valorização das ações de preservação da fauna e da flora a partir de projetos socioeducativos, a exemplo da Casa de Alice que eram destinados as crianças da região:

Figura 8: Recorte do jornal O Imparcial (08/07/1979)



Fonte: Arquivo disponibilizado pelo acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão- IHGM

Rosa Mochel também obteve honrosos reconhecimentos, na qual recebeu a Medalha do Mérito Agrônomo pela Sociedade de Engenheiros Agrônomos do Maranhão; a Medalha Comemorativa do Nascimento de Alberto Santos Dumont pelo Ministério da Aeronáutica; a Medalha Gonçalves Dias pela Academia Maranhense de Letras e o Diploma de Honra ao Mérito pelo Ministério da Educação – Fundação Mobral.

Em uma foto que encontramos mais recente no acervo do IHGM, encontra-se Rosa Mochel ao lado de seu marido, Ezelberto Martins.

Figura 9: Recorte de fotografia de Rosa Mochel e seu marido



Fonte: Arquivo disponibilizado pelo acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão- IHGM

Depois de várias bem feitorias desenvolvidas ao longo de sua vida, Rosa Mochel falece no dia 2 de fevereiro de 1985, na cidade de São Luís. Dentre alguns espaços destinados em sua homenagem, foi criado em 1988 o Herbário da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como espaço das aulas práticas do Curso de Agronomia. Oliveira (2023) destaca que desde 2009, ele está registrado na

Rede Brasileira de Herbários da Sociedade Botânica do Brasil – SBB como “Herbário Rosa Mochel”, e a partir do ano de 2010, ele passou a integrar o Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia do MCT – Herbário Virtual da Flora e dos Fungos do Brasil.

O herbário conta em seu acervo com cerca de 7 mil amostras de material botânico, com o objetivo de propiciar aos acadêmicos e demais pessoas a conhecerem e conservar a flora do estado do Maranhão, espaço de atuação de diferentes alunos da graduação, pós-graduação, pesquisadores e bolsistas da UEMA e de outras instituições, bem como a comunidade escolar em geral. E conforme Oliveira (2023) a Fazenda Escola do Campus de São Luís da UEMA, se apresenta como espaço para a pesquisa e experimentação dos cursos da área de Ciências Agrárias, que mantém a Reserva Florestal Rosa Mochel.

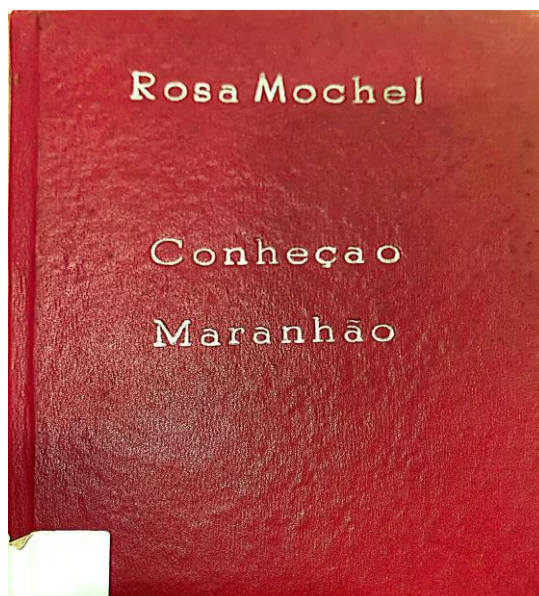
Além desses espaços, foi destinado em sua homenagem o seu nome a escola Unidade Integrada de Ensino Rosa Mochel Martins, situada no bairro da Vila Embratel, em São Luís. No município de Humberto de Campos, é destinado o nome de Rosa Mochel a Biblioteca Municipal.

Esta professora e estudiosa partiu deixando um legado a ser continuado pelos moradores da comunidade do Maracanã e por futuros pesquisadores, além de deixar muitas produções significativas, algumas perdidas pelo tempo, mas que retratam seu interesse em tornar o Maranhão como espaço de representatividade.

3.2.1- Memórias póstumas: obras e textos das produções de Rosa Mochel

Em nossas buscas por suas produções, encontramos o livro “Conheça o Maranhão” (1971) de sua autoria guardado na biblioteca do IPHAN, localizado na Rua do Giz, no Centro Histórico de São Luís, que ressalta para a sua perspectiva de valorização natural do próprio estado.

Figura 10: Capa do livro de Rosa Mochel disponível na biblioteca do IPHAN.



Fonte: Autoria própria

E como destaca Oliveira (2023), na apresentação de Jomar Moraes, administrador do Programa de Ação Cultural do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão – SIOGE, relata alguns aspectos que nos fazem compreender a perspectiva de Rosa Mochel com relação as características naturais e culturais do Maranhão, conforme trecho abaixo:

[...] Autora, entre muitos trabalhos, do livro CONHEÇA O MARANHÃO, Rosa Mochel Martins ama a natureza, distribui sementes, incentiva o artesanato, pesquisa manifestações folclóricas, escreve teatro, planta flores ou denuncia, como neste oportuno texto, as distorções que ferem de morte a natureza, numa época em que é necessário preservá-la". (Oliveira, 2023, Loc.80).

A proposta dessa obra visa transmitir experiências vividas desde a sua infância, além de conhecimentos adquiridos em anos de estudos e pesquisas, enfatizando a riqueza do Maranhão em seu aspecto arquitetônico, populacional, cultural, educacional e natural. Dentre alguns desses aspectos, destacamos passagens de seu livro referente a diversidade das frutas.

O Maranhão tem grande variedade de frutas. Umas nativas, outras cultivadas, umas do litoral, outras do sertão.
Nossas frutas são tropicais. Naturalmente que não poderíamos ter aqui maçãs, ameixas ou peras, que são de climas frios ou temperados. O clima quente permite bom comportamento de outras frutas, tão saborosas como aquelas, porém diferentes nas exigências de clima e também de solo. (Mochel, 1971, p.61)

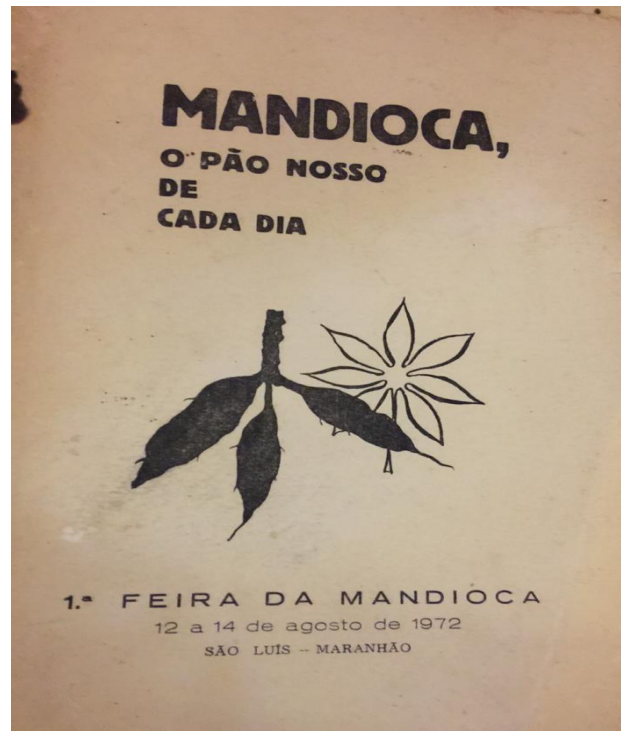
Na leitura dessas passagens, encontramos a menção das frutas de diferentes regiões, denominada por ela como terras “repletas de coisas pitorescas”, dentre as quais menciona a região de Rosário, Lima Campos e Pedreiras, como áreas promissoras para se saber sobre o cultivo da banana, além de afirmar que as indústrias necessitam de matérias-primas e que a produção de grandes quantidades de frutas maranhenses subsidiaria às indústrias que estavam aparecendo, fazendo até mesmo o seguinte convite:

Se você não conhece a conserva de bacuri feita em Caxias, procure conhecê-la. Já experimentou licor de jenipapo, de caju ou de maracujá? E os sorvetes? Não precisa você apelar para sabores artificiais. Tome mesmo sorvete de graviola, de bacuri, de cupu, de juçara, de côco ou de murici e estará valorizando as nossas frutas. (Mochel, 1971, p.62, grifos nossos)

Essa referência a juçara já demonstra que esse fruto faz parte desse conjunto de riqueza natural que o Maranhão dispõe, bem como a autora aponta para a supervalorização da produção e o consumo pela própria população maranhense, fato que podemos constatar sobre o consumo da juçara e entre outras frutas tropicais no dia a dia em diferentes regiões do nosso estado.

Com esse enfoque para a riqueza natural, também se destacava nesse protagonismo a mandioca, como mencionado no subtópico anterior, materializado na Feira da Mandioca, que ocorria na Escola de Agronomia do Maranhão, originando na produção do livro “Mandioca: o pão nosso de cada dia”, pela editora SIOGE, em 1972.

Figura 11: Capa do livro “Mandioca: o pão nosso de cada dia” de Rosa Mochel.



Fonte: Arquivo disponibilizado pelo acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão- IHGM

Sobre a outra produção de sua autoria, Oliveira (2023) traz trechos do poema de Rosa Mochel, intitulado “Miritiba sempre”, na qual expressa essa relação da autora com muito afeto e gratidão à cidade em que ela nasceu: “Um porto, um igarapé/Barcos ancorados, velas a secar/ Crianças rolam nas areias do morro/ E se jogam nas águas salobras do Peria// Miritiba// Ali nasci/ Ali vivi a minha infância/ Abrindo os caminhos para a adolescência” (Oliveira, 2023, Online).

Este fragmento de sua obra traz consigo as lembranças de uma infância próxima a natureza até o período de sua mocidade, o que resultou nessa honrosa declaração de amor a sua cidade e ao ambiente que fez parte de sua vida.

Outra obra desta autora em apreço, ressaltado por Oliveira (2023), é “Em Busca da Primavera” (1977)

Figura 12: Capa da obra “Em Busca da Primavera” de Rosa Mochel



Fonte: Arquivo disponibilizado pelo acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão- IHGM

Esta obra integrava o Programa de Ação Cultural do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão – SIOGE, onde a autora faz alusão sobre a falta de conservação como algo prejudicial, mas acrescenta uma ação de reverter essa situação:

[...] O menino morava em frente a uma pequena praça circundada de grosseiros bancos de cimento bastante danificados. De espaço a espaço, contavam-se trinta quadras dos abertos no chão para conterem árvores. Das trinta mudas ali plantadas, doze morreram, quatorze sumiram como por encanto e quatro conseguiram sobreviver. Uma, a que ficava defronte de sua casa, era a mais frondosa. As três restantes, deformadas pela falta de proteção, não chegaram a alcançar dois metros. Aquele, decididamente, não era o melhor meio para abrigar andorinhas; [...] Plantando e protegendo árvores, talvez a primavera chegasse mais depressa e com ela, as andorinhas. (Oliveira, 2023, Loc.80-81)

A preocupação pela natureza já era apontada em seus versos e prosas, voltando o seu olhar para a preservação e conservação de bens naturais, aspecto que poderia vir também escrito em forma de denúncia as práticas que resultassem no ferimento e morte da natureza.

4- ECOANDO VOZES DO MARANHÃO: A Festa da Juçara a partir da narrativa oral para a construção da categoria conceitual de “maranhensidade”

Caminhando para o nosso último capítulo, cabe pontuar que no desenvolvimento deste estudo, observa-se nos capítulos anteriores que muitas das questões ligadas a valorização sobre os aspectos inerentes ao Maranhão já estavam presentes nas intenções e ações desenvolvidas por Rosa Mochel, demonstrando que estas preocupações da estudiosa trazem de certa forma o que se considera como “maranhensidade”. É notório a importância de sempre buscarmos outras narrativas e memórias que auxiliem no processo das pesquisas, elucidando outros sujeitos que fazem parte da construção da identidade maranhense.

Portanto, a história oral adotada para o desenvolvimento neste capítulo, tem por intenção abordar as narrativas dos moradores locais como mecanismo de poder para eleger um discurso inteligível sobre a importância cultural e simbólica da Festa da Juçara, tanto para a comunidade do Maracanã como para a perspectiva conceitual de “maranhensidade”, termo que se encontra no Documento Curricular do Território Maranhense, bem como pontuar alguns dos desafios para a realização desse festejo.

4.1-A Festa da Juçara: Situando algumas pesquisas que nos antecederam

Antes de adentrarmos as análises das entrevistas, cabe ressaltar algumas pesquisas de campo que antecedem a este estudo. Para tanto, destacamos a pesquisa realizada por Giselle Vasconcelos Melo (2015), em seu estudo intitulado “Análise das Percepções dos Organizadores e Participantes da Festa da Juçara no Maracanã – MA”, que analisa e discute os depoimentos dos organizadores da Festa da Juçara no Maracanã, sendo a primeira pesquisa de campo com o propósito de analisar a referida festividade.

Em seu estudo, destaca-se alguns trechos das entrevistas realizadas por Melo (2015), na qual a autora ressalta para o depoimento em que uma das entrevistadas fala sobre a importância que Rosa Mochel teve para a origem desse festejo:

DSC A: “Sim, ela se iniciou pela professora Rosa Mochel em 1970. Nessa época ela batalhou muito para que a Festa da Juçara começasse aqui, porque éramos zona rural e as pessoas daqui, a maioria trabalhava só com lavoura e só tinha aqui pessoas como o pai de Maria Raimunda, o meu e os Neves que trabalhavam na rede ferroviária e algumas outras pessoas

trabalhavam como funcionários de escolas e o resto, todos eram lavradores ou pescadores e a juçara não tinha todo o conhecimento que ela tem hoje; era uma fruta nativa e a grande maioria da população não tinha conhecimento da juçara e ela (Rosa Mochel), queria mostrar ao público o valor que tinha a juçara, até porque o marido dela era Paraense e lá no Pará já tinha um trabalho melhor em cima do açaí e ela queria desenvolver aqui e aí foi feita a primeira festa; só que a primeira festa da juçara ocorreu uma aqui (Maracanã) e outra no Turu e para que uma se destacasse, uma das duas tinha que morrer. E ela (Rosa Mochel) batalhou muito, eu digo, porque eu a acompanhei e ela batalhou muito para que essa daqui (Maracanã) vencesse, como realmente aconteceu; foi a vencedora e a que vendeu mais juçara e o público foi maior. Hoje ela se modificou demais em decorrência das mudanças de diretoria, e eu acho que principalmente em decorrência do tempo, das mudanças dos donos de barraca que hoje a maioria tem outros objetivos, eles não tem mais grandes interesses em botar a juçara, em trabalhar na festa da juçara e, também a nova diretoria que não está dando procedimento aos trabalhos da professora Rosa Mochel, do professor Guimarães e da dona Cotinha". (Melo, 2015, p.75)

Por este relato observa-se que existiu uma luta em prol da criação da Festa da Juçara, a qual consideram a figura de Rosa Mochel como protagonista neste processo de visibilidade e consolidação do festejo na região do Maracanã, mas também nos é apresentado que as mudanças com os organizadores do lugar trouxeram outros rumos para a continuidade da venda da juçara.

Nas pesquisas realizadas por Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça (2018), no artigo intitulado "Saberes e práticas tradicionais em movimento: a comunidade do Maracanã na rota de um projeto global", é analisado os processos de devastação decorrentes do adensamento populacional na área do Maracanã, que resultou em uma nova ordem de problemas, que reconfigurou o espaço, trazendo consigo novos desafios aos "antigos moradores". A metodologia adotada foi a observação direta e conversas com os moradores da comunidade, para os quais destacamos alguns trechos dessa pesquisa:

Nas conversas, os moradores relatam que os problemas ambientais, que devastam os juçarais, decorrem da construção dos 4 conjuntos do PMCMV. Entre os moradores, várias são as denúncias como esta: "A ETE (estação de tratamento de esgoto) do conjunto Amendoeiras I quebrou e passou mais de dias jogando o esgoto direto nos riachos e alagados. Ela só foi consertada após muita insistência nossa e de uma denúncia ao Ministério Público" (conversa com C. R. M., realizada em 06.01.2018). Continua a moradora, agora, expressando toda a sua tristeza "As pessoas não querem mais comprar o buriti aqui do Maracanã, porque o buriti cai maduro no alagado e assim fica contaminado. É triste isso. Depois desses conjuntos a vida piorou muito aqui" (conversa com C. R. M., realizada em 06.01.2018). (Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça, 2018, p.104-105)

É apontado que a construção dos conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) resultaram em um processo de escoamento que atinge

diretamente os juçarais, além de outras palmeiras, como o buriti, que são contaminados, pois os frutos maduros caem no local onde o esgoto é despejado. Esse aspecto nos revela o avanço de um processo de urbanização em detrimento da flora, onde percebe-se não somente as consequências ao meio ambiente, mas também como prejudicial a principal atividade econômica dos moradores dessa região.

Em outro trecho da entrevista destacado pelos autores, é dito que:

A escassez dos frutos vem causando outra ordem de conflitos que até então inexistia na comunidade, como o “furto da juçara”. Isso, por exemplo, tem prejudicado a qualidade do produto que é comercializado na “festa da juçara”. M. L. nos relatou a importância atribuída à “juçara local” que, segundo ela, tem maior qualidade pela colheita do fruto ainda maduro, o que seria um diferencial em relação à “juçara de fora”, aquela que é importada de outros estados, “apanhada quase verde” (conversa realizada em 06.01.2018). Os proprietários dos juçarais precisam ficar de olho, cercar ou contratar alguém para tomar conta, pois senão vão ficar sem a juçara. Como as pessoas que furtam desconhecem os ciclos da natureza, geralmente coletam a juçara verde, que é ruim para o consumo. Hoje, tem muito ladrão de juçara. Eles andam com um gancho, cortam os cachos com frutos verdes e maduros. Os donos das juçaras estão precisando comprar a juçara. GN (conversa com E., realizada em 20.05.2017). (Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça, 2018, p.105)

Outro aspecto que pode ser constatado é a falta de fiscalização de órgãos competentes para a preservação desses juçarais que são furtados fora de seus períodos de safra, constituindo-se como uma prática que ignora os conhecimentos necessários para a colheita e manejo dos frutos, ensinamentos que foram repassados de geração a geração por meio da observação, oralidade e reprodução desse manejo com o fruto no seu dia a dia (Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça, 2018).

Estes fenômenos recorrentes no desenvolvimento das cidades podem ser percebidos como consequências de diferentes “práticas socioespaciais”, que resultam nas modificações das relações sociais e do indivíduo com a natureza. Essas conjunturas colocam em prova a permanência e a mudança da sociedade e da cultura frente ao espaço urbano contemporâneo, exigindo desses sujeitos novas formas de representação das práticas culturais nestes espaços da cidade, conforme é expresso por Reis Sé (2018, p.63-64)

Nos espaços urbanos contemporâneos, portanto, o problema do habitar também se coloca a partir do habitante da cidade, os quais através dos usos e de suas práticas socioespaciais, tentam viabilizar modos de uso do espaço numa relação de adaptação e reconfiguração constantes, uma vez que se expressam transformações morfológicas constantes. A tendência de reconfiguração ou adaptação das práticas socioespaciais nesses espaços comparece como condição de viabilização de sua existência e, também expressa transformações de aspecto social e subjetivo, no modo como se relacionam habitantes entre si e em relação ao espaço.

Este aspecto que buscamos enfatizar a partir da proposição de Reis Sé (2018), é com o intuito de compreender como algumas práticas de antigamente também vão se alterando como consequência das mudanças alçadas no processo de “modernização”, e, conseqüentemente, no modo de produção da juçara.

Nesse sentido, a realização da Festa da Juçara hoje conta com barracas que trazem em seu interior máquinas que trituram a casca do fruto e conseguem extrair a polpa da juçara em menos tempo, ao contrário da prática adotada pelos “antigos” que consistia em um método mais tradicional, conforme é destacado por Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça (2018, p.107)

Atualmente, a polpa é produzida por meio de uma máquina específica. Ela tritura a casca do fruto, produzindo mais poupa em menos tempo. Esse método vem se popularizando e os produtores locais, principalmente os mais jovens, estão aos poucos deixando de lado a forma mais “rudimentar” de produção da poupa da juçara. Essa tarefa, engloba pôr os frutos na água sob o sol e esperar até que a casca esteja mais flexível. Depois, uma garrafa de vidro cheia de água (para ficar mais pesada) é usada para socar os frutos dentro de uma vasilha e, assim, extrair toda a poupa. Para os mais velhos, esse método dá uma maior qualidade final ao produto, diferentemente da máquina, onde o caroço não é triturado e misturado à poupa, o que melhora o sabor (conversa com S. E. M., realizada em 13.01.2018).

Ressaltamos que as narrativas e memórias trazidas neste tópico, com base em matéria de internet e nos estudos de campo realizados por Melo (2015) e Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça (2018), representam em suas pesquisas a importância de se trabalhar para além das fontes escritas o elo existente entre os sujeitos da comunidade com os conhecimentos tradicionais de produção do suco da juçara, percebendo que nas experiências dos mais jovens foi preciso “reinventar” as práticas tradicionais, abandonando as práticas tradicionais frente as demandas do mundo moderno contemporâneo, fazendo uso das máquinas.

4.2-A Realização da entrevista: analisando “histórias” e “estórias” como narrativas de memórias

Analisando o trabalho de Melo (2015), entre outros autores que utilizam em seus estudos a abordagem da história oral, decidimos percorrer as trilhas abertas por eles como continuidade da pesquisa de campo. O primeiro contato com este festejo aconteceu no dia 13 de novembro de 2022, onde ocorreu a visita ao espaço e aplicação de um questionário com perguntas abertas, na qual obtivemos 9 respostas, com o objetivo de realizar um mapeamento do perfil dos comerciantes, além de

conversas informais para compreendermos sobre as suas experiências com relação a Festa da Juçara.

Dentre os 9 questionários respondidos, 6 foram preenchidos por mulheres que descrevem sua profissão como “barraqueira”, “comerciante autônomo” e/ou “dona de casa”, afirmando que os produtos vendidos nessas barracas são a sua principal fonte de renda, com exceção de uma das mulheres que respondeu ser funcionária de limpeza em uma escola e as atividades de venda com a barraca seria uma renda extra.

Nesse momento da pesquisa nota-se a intrínseca relação entre as questões de gênero, onde a organização do festejo demonstra uma relação ímpar das mulheres na condução dos negócios e seu aspecto de participação nas decisões políticas do espaço que ocupam, questões latentes para se discutir no decorrer desta análise.

Ao prosseguirmos com a pesquisa de campo, realizamos algumas conversas informais – anotados em um caderno de campo – onde nos foi destacado pelos comerciantes que devido à alta demanda de consumo da juçara no período do festejo se fazia necessário comercializar a juçara da região de Rosário, ou de outros municípios próximos, para abastecer a comunidade do Maracanã no período de realização da festa.

Em nosso próprio trajeto realizado em direção ao Parque da Juçara, é perceptível na estrada inúmeras casas com placas ou faixas anunciando “vende-se juçara”, o que demonstra que esta prática se tornou popularizada por muitos moradores da região do Maracanã para além dos comerciantes do festejo.

Constata-se que muitos desses comerciantes agregaram outros alimentos para além da venda da juçara, é típico, por exemplo, a venda dos acompanhamentos como carne de sol, camarão seco, farinha, entre outros. No entanto, percebemos a comercialização de outros alimentos ligados a “*fast food*”, como batata frita e sorvete de casquinha com a opção de “Açaí”⁴ produzido em máquinas.

Essa junção no cardápio de diferentes barracas demonstram as variações sofridas pelo tempo e pelas demandas do público, que incorporou novos suprimentos alimentícios para além da bebida da juçara. Observa-se que além das alterações na

⁴ A utilização da nomenclatura “Açaí” advém da planta que se encontra predominantemente na região amazônica.

produção do suco da juçara que antes era extraída como trabalho “manual”, hoje é executado por máquinas que podem ser manuseadas somente por uma única pessoa.

Nos relatos obtidos por meio de nossas conversas, percebemos que os “mais antigos” enfatizam a questão de passar essa responsabilidade aos “mais novos”, motivo pela qual os negócios das barracas passaram a ser conduzidas, posteriormente, pelos filhos(as), netos(as) e até genros.

A *priori*, o foco de análise consistirá nos principais relatos que obtivemos na pesquisa de campo realizado no dia 28 de outubro de 2023⁵, com a utilização da entrevista semiestruturada, que contou com a gravação das respostas com base em 4 perguntas e depois passou pelo processo de transcrição para que pudéssemos interseccionar as respostas para atender ao objetivo proposto deste estudo.

Figura 13- A fachada do Parque da Juçara



Fonte: Autoria própria

É válido destacar que nossas perguntas foram elaboradas com a intenção de explorar em suas narrativas os termos comuns ligados aos conhecimentos sobre a produção da juçara, bem como apresentar seus posicionamentos com relação ao

⁵ Salientamos que esta pesquisa de campo favoreceu a produção do artigo intitulado “Descortinando a maranhensidade pela narrativa de mulheres trabalhadoras da Festa da Juçara no Maracanã de São Luís-MA”, apresentando no XIV Encontro Regional Nordeste de História Oral “narrativas de resistência: oralidades e temas sensíveis” em 2023, e publicado nos anais do referido evento. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xiv-encontro-regional-de-historia-oral-do-nordeste-338905/711416-DESCORTINANDO-A-MARANHENSIDADE-PELA-NARRATIVA-DE-MULHERES-TRABALHADORAS-DA-FESTA-DA-JUCARA-NO-MARACANA>.

poder público no que diz respeito a sua interferência ou não na condução da festa da juçara, para qual temos como aporte metodológico a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977, p.44):

[...] a análise de conteúdo visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares. A lexicologia, estudo científico do vocabulário, e a estatística lexical, aplicação dos métodos estatísticos à descrição do vocabulário, aproximam-se da análise de conteúdo por funcionarem com unidades de significações simples (a palavra) e por remeterem para classificações e contabilização pormenorizadas de frequências.

Portanto, a partir dessas orientações metodológicas, partimos para o trabalho de campo, na qual obtemos a resposta de 8 mulheres comerciantes, que nomeamos como “Entrevistada A, B, C, D, E, F, G, H” para que mantivéssemos suas identidades preservadas, e para uma melhor compreensão do leitor, tabelamos alguns trechos importantes para analisar, destacando as seguintes respostas:

QUESTÃO 1	
Como antiga moradora, poderia dizer como a juçara era coletada e produzida nas primeiras décadas do festejo?	
ENTREVISTADA A	“[...] era amassado a mão nos alguidás e na mãozinha de pilão, aí depois evoluiu pra pilões com mãozinha e chegamos nas tecnologias das máquinas acompanhada pela vigilância sanitária que hoje já não permite mais ser amassado a mão”
ENTREVISTADA B	Sem resposta
ENTREVISTADA C	“Olha eu não posso te responder assim, porque tô com 20 anos que eu boto barraca, agora pra trás eu não sei neh, mas eu vinha assim, a juçara era feita manual...no pilão, no alguidá machucando e pra aparecer na mesa a gente botava...nesse tempo, tinha vidro 51, tinha não, que ainda tem neh, a gente botava...e eles enchiam os litros e botavam a palha da juçareira no vidro pra nego passar e ver que tem a juçara, assim que era”
ENTREVISTADA D	De acordo...pelo que eu sei, a coleta continua sendo a mesma neh...os tiradores de juçara subiam na juçareira, usando uma péia, essa péia era feito de saco de...que vem farinha, que vem ração...e a manipulação da juçara era feita na gamela, uma bacia que é feita de madeira, pelo nome de gamela, e na hora de bater se batia com uma garrafa, garrafa de 51, aí colocava água dentro pra dar mais peso na garrafa, e depois, com um tempo, passou a usar o pilão, que era um meio até mais rápido, aí depois de um certo tempo que chegou a máquina.

ENTREVISTADA E	As primeiras festas do festejo da juçara aqui no Maracanã, a gente fazia manual, era nas gamelas, nos alguidás e no pilão, não tinha esse negócio de máquina, nada disso, tudo era manual, fresquinha, natural, se colocava nos litros de 51 e encima da boquinha do litro nós lavava as folhinhas da juçareira, dobrava e botava na mesa, e os clientes amava, dessa forma
ENTREVISTADA F	Ela é coletada da mesma forma até hoje, o rapaz sobe na juçareira e faz todo o processo...só que antigamente não era em amassadeira {máquina}, ela era manual...então era um processo muito mais demorado do que é hoje. Era com pilão, gamela, crivo, era assim. Então cada pessoa ficava em uma determinada função, já hoje não, a gente precisa só de uma pessoa para amassar a juçara
ENTREVISTADA G	Era na mão, no alguidá de barro...que quando dava de tarde isso daqui da gente tava inchado...não se via a unha...que era madura...não é como hoje que colem a juçara verde...do alguidá de barro passou pra o pilão...e outros amassava na garrafa, eu nunca gostei de garrafa, porque eu tinha medo de quebrar...e hoje aqui nós tamo na máquina
ENTREVISTADA H	Coletada rusticamente neh, eles botava aquela peia no pé...sobe no pé da juçareira, aquelas coisa toda ali....e no tempo era no pilão, socada manualmente

Analisando-se as respostas das entrevistadas para a primeira pergunta, percebe-se que elas não variam muito entre si, pela questão da técnica empregada ser comumente a mesma utilizada por todos na época, constatando-se em suas falas a frequência de termos como “péia”, “alguidás”, “gamela”, “garrafa de 51” e o “pilão”.

Antes de discutirmos o sentido desses termos, se fez necessário reunir e descontar as palavras idênticas, sinônimas ou próximas a nível semântico dos objetos mencionados por cada entrevistada. Por exemplo, o quadro abaixo expressa os termos comuns/objetos relativos à extração/produção da juçara que estão situados na primeira coluna, seguido da segunda coluna para o qual apontamos o quantitativo das comerciantes que mencionam esses termos, e na última coluna trazemos destaque para a frequência dessas palavras em seus discursos:

Termos comuns/objetos	Comerciantes	Frequência de ocorrência
Alguidar	A; C; E; G	4
Pilão	A; C; D; E; F; G; H	7
Garrafa de 51	C; D; E; G	4

Gamela	D; E; F	3
Crivo	F	1
Peia	D; H	2

O objeto mais recorrente entre as entrevistas foi a menção ao “pilão”, substituído pela máquina, que hoje se tornou responsável por descascar e amassar o fruto da juçara para a produção do suco. E analisando esses resultados em função de variáveis externas relativas aos locutores a partir dos traços de personalidade, percebemos que a entrevistada D foi a comerciante que mais forneceu a significação dessas palavras associadas ao conjunto de objetos utilizados no processo de extração do suco da juçara, talvez possibilitado por seu comportamento menos tímido com relação às outras comerciantes.

A utilização desses materiais simples tanto para a coleta como para a extração do suco da juçara diferem pouca coisa, sendo que a explicação de cada comerciante expressa em sua narrativa o “jeito” correto de se extrair e produzir a juçara, demonstrando que são formas tradicionais utilizadas na comunidade, mas que cada pessoa explica os próprios cuidados adotados nesse processo de produção, a exemplo da entrevistada G que explica que nunca gostou de utilizar a garrafa de 5l por ter medo dela quebrar e, conseqüentemente, estragar o produto.

Os conhecimentos desses materiais são importantes para as nossas análises sobre a “maranhensidade”, pois percebemos que as noções dos saberes aprendidos por meio de seus antepassados são guardadas na memória dessas comerciantes. Ressaltamos que esse processo não é restrito somente a comunidade do Maracanã, é uma prática que se reflete em diferentes municípios do nosso estado, que se apresenta como uma prática tradicional no processo de produção do suco da juçara.

Esses aspectos presentes na comunidade do Maracanã desvelam os costumes e práticas de produção e consumo das frutas locais, nos fazendo enxergar que os juçarais em diferentes localidades do Maranhão requer desses conhecimentos sobre a fruta para que possam extrair e produzir corretamente o suco da juçara para o seu consumo.

QUESTÃO 2

Como é realizado a coleta e o processo de produção da juçara atualmente?	
ENTREVISTADA A	São coletados nos nossos brejos que nós ainda temos, no brejo aqui do Maracanã, conservados neh, e apanhados pela péia, os rapazes neh, mais produzidos por homens essa apanha neh, e traz suas barracas onde a gente faz toda a limpeza, coleta e tudo, prepara o fruto pra ir pra mesa.
ENTREVISTADA B	Sim, é produzida assim, a gente pega do brejo neh, aí vem pra cá, porque a gente não compra juçara de longe, porque até vir de lá já tá mais ou menos assim azeda, então a gente consome mais daqui do Maracanã, por isso que eles ficam nesse período aqui, eles preferem mais daqui mermo neh, aí a comida é do bairro mermo. A juçara é batida na hora, a gente também bota a juçara assim pra gelar, porque a maioria dos cliente gosta geladinho e tem uns que gosta natural.
ENTREVISTADA C	Porque a 20 anos atrás a gente não tinha freezer, não tinha geladeira, a juçara as vezes azedava, que a juçara que a gente faz aí é uma ciência doido, tem que ir terminar de amassar...aqui eu boto nos litro de refrigerante...eu não boto em balde, nunca botei juçara em balde, eu só boto...encho o litro de refrigerante {com juçara}, boto tudinho na {geladeira}, não estraga. [...] E outra coisa, aí o meu menino, o meu filho, queria pagar uma pessoa pra fazer juçara, eu achei que não era de acordo, porque eu já tô acostumada com o meu ritmo, tinha medo de botar ele passar de mais ficar...porque se passar na máquina de mais ela fica travando, quando tu chegar a tomar uma juçara aí que ela tá meia travando, porque passaram demais, a gente não passa demais...só faço duas coisas da juçara, é tirar a polpa...a primeira vez eu tiro, a primeira a papa, aí depois eu boto água na máquina pra tirar...pra botar na outra...
ENTREVISTADA D	É feito, manipulado na máquina neh, como eu falei anteriormente, na máquina, e a coleta continua sendo...ah não, hoje em dia a coleta eles usam o gancho por conta que é muito alto, por conta do vento, então vários tiradores já se acidentaram tentando tirar a juçara como antigamente subindo nas palmeiras...então hoje em dia eles usam o gancho, é o mais prático, mais rápido e seguro.
ENTREVISTADA E	Agora, a juçara eles apanham, chega nas barracas, a gente mede a quantidade, aí a gente vai tirar aqueles carocinhos seco, aqueles talinhos, pra não azedar, aí a gente bota na bacia, a gente bota água pra ferver, bota um pouco de água fria e depois de quente, com 10, 15, minutos, você vai pegar uma peneirinha, vai separar da água e vai fazer o processo na máquina, aí sai do jeito que o freguês gosta.
ENTREVISTADA F	Assim, hoje a maioria planta no seu quintal. Então é como se a gente dissesse que cada um tem seu brejo hoje neh. Então na proporção que a população foi crescendo e os antigos foram morrendo, os de hoje, atualmente, plantam a sua própria juçareira no seu quintal.

ENTREVISTADA G	Aqui é colocar nas vasilhas e botar pro freguês se servir, com camarão seco, é com a carne de sol, é com peixe frito.
ENTREVISTADA H	A coleta continua sendo do mesmo jeito, sobe no pé da fruteira, pra tirar e tal, mas agora o manuseio dela mudou, está sendo mais agora na máquina, por causa que mais higiênico neh?

Em relação a segunda pergunta, é evidente o aspecto da divisão do trabalho, sobre o processo de coleta dos frutos nas juçareiras é um trabalho destinado aos homens, também chamados de “tiradores” que fazem o uso da “péia”, ou do gancho, para subirem nas palmeiras dos juçaraís, e o processo de amassamento do fruto é em sua grande maioria preparado pelas mulheres. No momento da entrevista, foi possível observar a vinda de jovens que traziam os sacos de nylon com o fruto da juçara para despejar em baldes e, logo em seguida, levados para dentro das barracas, onde as mulheres assumem na cozinha todo o preparo da juçara e dos demais alimentos.

Vale ressaltar que mesmo com o advento da máquina de bater a juçara e de outros eletrodomésticos, a exemplo da geladeira e do freezer, que facilitaram a preparação e conservação do produto, é explícito em suas falas a preocupação em manter a qualidade da juçara, recaindo principalmente na questão do “saber”, ou seja, de como bater corretamente a juçara para que não perca a sua consistência e sabor tão apreciado pelos clientes, como é relatado pela entrevistada C:

[...] E outra coisa, aí o meu menino, o meu filho, queria pagar uma pessoa pra fazer juçara, eu achei que não era de acordo, porque eu já tô acostumada com o meu ritmo, tinha medo de botar ele passar de mais ficar...porque se passar na máquina de mais ela fica travando [...] (ENTREVISTADA C, 2023)

As duas primeiras perguntas fazem alusão ao “saber” dessas comerciantes com relação a produção do suco da juçara, reconhecendo que apesar do processo de extração do suco na atual contemporaneidade contar com maquinários, ainda se faz necessário que as próximas gerações detenham esses conhecimentos sobre a juçara, como um legado que advém de seus antepassados e que não foram deixados no esquecimento, mesmo vivenciando mudanças significativas no processo de coleta e produção a preparação do suco da fruta. Como nos apresenta Nora (1993, p.9)

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a

todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

A partir desses aspectos inerentes a realidade local da região, podemos discutir como esse legado vem perpassando de geração em geração sobre o “saber” e o “fazer” do maranhense em sua relação com a natureza. Nesse sentido, ao buscarmos nessas narrativas a memória sobre os conhecimentos e as técnicas de seus antepassados no processo de produção do suco da juçara, nos instigou a repensar sobre a construção histórica do estado do Maranhão, refletindo como as singularidades locais expressam diferentes práticas ressignificadas ao longo do tempo, são também aspectos contemplados no próprio DCTMA sobre como “enxergar a diversidade sociocultural que norteia a construção histórica do estado e de seu povo” (Maranhão, 2019, p.17).

A terceira pergunta elenca diferentes interpretações das comerciantes com relação as dificuldades sobre o comércio da juçara nas últimas edições, a começar pela resposta da entrevistada A, pautando-se na concorrência entre os comerciantes do parque na venda do produto, destacando que considera “não ter muita dificuldade para vender”.

QUESTÃO 3	
Quais dificuldades você destacaria com relação ao comércio da juçara nas últimas edições do festejo?	
ENTREVISTADA A	Eu assim, como comercializante eu não tenho muita dificuldade de vender, porque tu tem um produto bom eles vêm neh, apesar que é zona rural o povo vem e a festa é tradicional, então a gente em termo de venda a gente tem nosso público fiel a Festa da Juçara

Sobre a entrevistada B, podemos destacar que sua principal fonte de renda advém do comércio que tem com a venda da juçara, o que justifica sua expressão de preocupação.

ENTREVISTADA B	No período que fica mais dificuldade assim, é mais depois que passa de novembro pra dezembro já fica mais difícil, que tem que vir juçara de longe pra poder bater, só pra gente que usa, fica mais difícil
----------------	---

Ainda com relação a resposta acima, ela menciona a dificuldade que sente ao passar o período de safra do Maracanã, pois os juçarais começam a cessar os

frutos e para continuar a venda do suco da juçara se faz necessário comprar de outros municípios.

Já a entrevistada C, em seu relato é mencionado algumas mudanças que houve na última edição, demonstrando uma certa insatisfação:

ENTREVISTADA C	Mermã, esse ano...ano passado foi melhor...esse ano... não sei se foi porque teve um atraso na Festa da Juçara...porque esses outro ano, nós começava a abrir a barraca, botar a juçara no último domingo de setembro...já esse ano foi no dia 15 de outubro, teve um atraso neh...aí com aquilo o povo já tá acostumado a festa ser em outubro, só tem esse, o domingo e o outro, e esse ano não tá muito coisa não, não sei se é a programação[...] Se é uma programação bom, um showzinho, eles vêm, ano passado tivemos um show! Meu colega, nós vendemos tudo, refrigerante, água, tudo, tudo...já esse ano o negócio tá mais...nós fazemos o arraial aqui também, esse arraial esse ano não foi muito bom não...porque nós temos graças à Deus o Estado, que vem ajudando a gente...
----------------	--

Na resposta da entrevistada D, é perceptível em sua fala os problemas enfrentados pelo esgoto que degrada os juçarais:

ENTREVISTADA D	[...] primeiro, em relação a juçara, porque ficou escassa, porque com a evolução, depois que chegou esses condomínio aqui, as redes de esgoto começou a prejudicar os juçaral, então foi diminuindo neh as juçaras, os buriti...e em relação a organização da festa, eu não sei te dizer muito, porque privatizou, o Estado tomou de conta, então em relação a isso não sei te falar muito, porque é do Estado, então a gente espera a verba do Estado pra fazer o evento, sobre isso não sei te falar muito...o pouco que eu sei que foi passado assim pra gente em reuniões é porque {o Estado} não tem verbas...ano passado foi bem melhor, a programação foi bem melhor, mas tá dando pra levar graças a Deus!
----------------	--

Com relação a entrevistada C e D, suas falas se contrastam, apesar de ambas mencionarem a questão do “Estado”, a entrevistada C considera que é “graças” ao Estado que tem fornecido ajuda para a manutenção desse festejo, mesmo destacando que o período de começo da festa começou tardiamente e os shows promovidos pelo Estado não serem esse ano tão bom quanto o ano passado.

Os aspectos apontados pela entrevistada C constam também na fala da entrevistada D, ela acrescenta a expressão “privatizou”, ou seja, o Estado passou a controlar a realização desse festejo, o que trouxe menos autonomia dos comerciantes

nestes espaço, demonstrando em sua fala um sentimento de insatisfação com relação ao poder público para com a comunidade, bem como destaca que a construção dos condomínios, ao referir-se o Programa Minha Casa Minha Vida, como um problema, pois as redes de esgoto seriam o fator de morte dos juçarais e de perda da qualidade do suco da juçara, apesar dessa área dos juçarais ter sido tombada em 1990, pela Secretaria de Cultura e pelo Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico (DPHAP).⁶

Prosseguindo, temos a fala da entrevistada E, que enfatiza a valorização do suco da juçara produzida no Maracanã.

ENTREVISTADA E	Depois que inventaram essas máquina, todo mundo vende...toda feira você vai, você encontra juçara, as vezes não é nem daqui do Maracanã, porque a juçara gostosa é a do Maracanã [...] E a dificuldade que hoje todo mundo vende, aí nós fica com nossa juçara aqui, fresquinha, natural, daqui, aí chega aqui “quanto é a juçara?”...é 20 reais...”ah lá na feira eu compro de 15, eu compro de 17”...mas não é a mesma juçara, não é a mesma qualidade, então essa dificuldade a gente enfrentou muito depois que todo mundo vende pelas beiras da estrada.
----------------	---

Corroborando a essa afirmação, a entrevistada F acrescenta um outro fator com relação a venda da juçara, o preço mais elevado no Maracanã do que em outras locais de São de Luís.

ENTREVISTADA F	É porque assim...hoje está mais escasso aqui dentro, no Maracanã. Tá tendo muita juçara de fora, então acaba que se torna mais caro. Chega na mão do permissionário, já no valor muito lá encima, então quando chega na mão do cliente ela chega um pouquinho mais caro. Mas não porque a gente queira neh, porque a gente recebe dessa forma.
----------------	--

Portanto, as respostas das entrevistadas E e F se complementam, pois ambas apontam que o comércio da juçara no Maracanã também disputa com outras localidades, o que vem prejudicando a comercialização da própria juçara na região.

A resposta da entrevistada G foi breve, mas demonstra um aspecto interessante de se analisar.

ENTREVISTADA G	Os rapazes que tira, e vem de cada barraca vender.
----------------	--

⁶ Na Área de Proteção Ambiental (APA) existe uma grande variedade de espécies, muitas delas ameaçadas de extinção, a exemplo da: siricora, preá, tamanduá, nambu, cutia, mucura, raposa, paca, juruti, entre outros.

A entrevistada G ao se utilizar da seguinte fala “os rapazes que tira, e vem de cada barraca vender”, isto é, aponta que as dificuldades não são de todo mundo, denota em sua expressão que cabe a cada comerciante vender da melhor forma possível o seu produto, o que compactua também com a fala da entrevistada A.

Essas falas expressam que as dificuldades estão imbuídas no interior do Parque na forma como cada comerciante vende, mas também podem demonstrar um receio em apontar as dificuldades que podem ser ocasionadas por outros sujeitos, a exemplo das críticas com relação aos próprios organizadores do evento como pelo Estado.

Já a entrevistada H sentiu dificuldade em responder à pergunta.

ENTREVISTADA H	Posso pular essa pergunta, porque embaralhou toda.
----------------	--

Isso significa que nem toda pergunta elaborada pelo pesquisador será de fácil compreensão pelo entrevistado, apesar de pensarmos que estão mais claras e simples possível de perguntar.

Constatou-se que o funcionamento das barracas em sua maioria é assumido por mulheres, são espaços do protagonismo feminino, onde presencia-se a atuação delas em “chefiar” os negócios da barraca. Por este motivo, observamos a utilização em suas falas do termo “barraqueiros” e “barraqueiras”, esta última expressão entendida como um termo vinculado a identidade das mulheres aos negócios da barraca, demonstrando que não atuam somente como cozinheiras, mas que exercem um papel de administração local e participação efetiva nas reuniões da organização do festejo.

Nas acepções teóricas de Joan Scott (1992, p.84)

O antagonismo homem versus mulher foi um foco central da política e da história, e isso teve vários efeitos: tornou possível uma mobilização política importante e disseminada, ao mesmo tempo que implicitamente afirmava a natureza essencial da oposição binária macho versus fêmea. A ambiguidade da história das mulheres parecia estar resolvida por essa oposição direta entre dois grupos de interesse separadamente constituídos e conflitantes.

Portanto, é importante compreender os processos de contradições existentes entre homens e mulheres, percebendo que a categoria conceitual de “gênero” é múltipla, e que implica tratar dessas questões ligadas a noção de classe,

raça e identidade, aspectos que perpassam pela realidade da comunidade do Maracanã.

O posicionamento de mulheres como donas da barraca legitima o seu papel político dentro do Parque da Juçara, porque no “final, não há jeito de se evitar a política - as relações de poder, os sistemas de convicção e prática - do conhecimento e dos processos que o produzem; por essa razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político” (Scott, 1992, p.95).

No que tange a quarta e última pergunta, temos posicionamentos diferentes sobre a atuação do poder público com relação aos subsídios e manutenção da Festa da Juçara.

QUESTÃO 4	
Vocês recebem algum apoio financeiro do governo para suprir algumas demandas para a realização deste festejo?	
ENTREVISTADA A	Não, não, só mesmo as propaganda que ele faz, toda a limpeza do parque e as programações que são direcionadas do governo pra nós.
ENTREVISTADA B	A prefeitura ajuda muito aqui, porque por isso agora vai ficar todo tempo aberto, o ano todo, não vai fechar, pode ser até o parque da juçara terminar neh, aí se o período “ah dia 5 encerra”, mas vai ficar continuar aberto, algumas barracas vai ficar aberto o ano todo.
ENTREVISTADA F	Do governo o quê que a gente ganha, o palco, as atrações, a mídia, isso a gente ganha do Estado...agora o Estado está querendo que o Parque funcione o ano inteiro, não só com a juçara, até porque a gente não vai conseguir, mas que durante o ano aqui fique funcionando todos os permissionários vendendo alimentação, lanche, entendeu? Pra gerar renda o ano inteiro, não só no período da festa, aí sim o Estado vai poder nos ajudar o ano inteiro...porque a população no Maracanã é muito grande, em vez de sair daqui pra ir pro centro fazer um lanche por que não faz aqui mesmo?...e de fora pode vir comer as iguarias da própria juçara.
ENTREVISTADA H	No meu ponto de vista tá bom, porque assim é um monte de festa que o governo cobre neh, não é só aqui, então na medida do possível...eu boto como bom

As respostas das entrevistadas A, B, F e H, em linhas gerais, apresentam em suas falas as ações do governo (estadual ou municipal) satisfatórias, que elas exemplificam com a questão da propaganda midiática que o Estado oferece para a divulgação da festa e as programações que são realizadas nesse período do festejo.

Diante dessas respostas, podemos contrastar com as análises das entrevistas realizadas por Melo (2015), quando pergunta sobre a percepção dos comerciantes com relação à divulgação da Festa da Juçara, constatando a seguinte afirmativa:

Vale ressaltar que após pesquisas realizadas na internet, em várias ferramentas de busca, não identificamos nenhum site próprio da Festa da Juçara, tampouco de redes sociais. Esse cenário acaba sendo um agravante no processo de divulgação do evento, e nos leva a perceber que existe uma grande deficiência no processo de difusão do mesmo, bem como a inexistência de mecanismos relacionados ao marketing. (Melo, 2015, p.82)

Em nossas buscas pelas ferramentas de pesquisa na internet, encontramos a divulgação da 54ª Edição da Festa da Juçara nos sites do “G1 Maranhão”, “O Imparcial”, “Maranhão Hoje”, “Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão” e no próprio site de notícias do governo do Maranhão, o mesmo conta com um *post* na página do Instagram divulgado no dia 20 de outubro sobre o festejo e um estudo da FAPEMA, postado no dia 22 de outubro de 2023, sobre o benefício da juçara para o câncer de mama. Nesse sentido, a divulgação da Festa da Juçara tem sido feita por meio de sites da internet e das redes sociais, portanto, percebe-se que desde o período dos estudos realizados por Melo (2015) houve uma ampliação na divulgação.

No entanto, será que a utilização das mídias pelas redes sociais e sites de internet são o suficiente para a divulgação desse festejo? Em algumas conversas informais, alguns relataram que essa divulgação não é suficiente e que nem todas as pessoas acompanham as notícias pelo Instagram do governo estadual ou municipal.

Os aspectos de insatisfação com o poder público estão expressos principalmente pelas falas das entrevistadas C, D, E e G.

Na fala da entrevistada C, notamos sua entonação mais rígida na resposta.

ENTREVISTADA C	Não, o que nós recebemos é só isso aí, a extração {limpeza}...no mais a gente pagamos...até esse ano mesmo, nós vamo pagar des da barraca...que nós nunca pagamos...é 200 reais pra cada barraqueiro...cada barraqueiro... por isso que botam nos coisa tudinho...todo mundo vai pagar, 200 reais...e esses outros ano não tinha isso, porque tinha uma associação dentro, aí a gente passava o ano todinho pagando... era 20 reais por mês...eu adiantava pra em outubro não ter mais negócio...eu pagava logo antes...aí tinha, a gente pagava pra associação...ano passado não teve mais, esse ano também não, aí eles tão cobrando...quem cobra aqui são as meninas que faz a festa, que toma conta...aí elas diz que é pra ajudar os meninos que faz a limpeza...que
----------------	---

	naqueles outros anos...a limpeza...quem fazia a festa pra nós aqui nesses outros anos era a prefeitura...aí hoje, um sábado hoje, tava cheio de gari, que eles mandavam pra limpar...olha, lá da estrada que vocês entram pra cá ali era tudo limpo, eles iam limpando as beiradas tudo até chegar aqui...hoje não existe mais, tá tudo sujo, porque o município fazia isso tudinho...o prefeito ajudava a gente em coisa, aí trazia o som, trazia as coisinhas e a gente botava...”
--	--

Sobre a fala da entrevistada D é mais pontuado a falta de subsídio para os próprios barraqueiros.

ENTREVISTADA D	Não, não, é como te digo, o Estado tá patrocinando a festa...mas verba assim pra gente...no caso a gente colocar a barraca vender nosso produto não, sai do nosso bolso mesmo, a gente até então precisa pagar uma taxa de 200 reais, mas verba mermo pra gente, pros barraqueiros, que se foi repassado não...
----------------	---

E, como consta nos relatos das entrevistadas C e D, as taxas de 200 reais cobradas para cada “barraqueiro” é algo que foi exigido pela primeira vez dos comerciantes no ano de 2023, o que demonstra alterações nas decisões políticas dos organizadores do festejo.

Na fala da entrevistada E sua denúncia é direcionada principalmente ao governador do Estado, demonstrando seu descontentamento ao tratamento feito aos “barraqueiros”.

ENTREVISTADA E	Só nada, eu disse foi na cara do governador, o segundo domingo, ele não dá 1 caroço de juçara pra barraqueiro nenhum, ele não dá 1kg de farinha, ele não dá 1kg de camarão, ele não dá um nada [...] Mas diz que a barraca é do governo, então quem tinha que botar era o governo...aqui nós não tem ajuda financeira, aqui dentro da barraca, nenhuma do governo...mandou foi derrubar as frentes que era onde a gente acomodava as pessoas que vem lá de São Luís, porque como aqui é zona rural, uns diz que aqui é mato, é zona rural, então lá de São Luís pra cá, quando eles vêm...Olhaí as mesas no sol oh, o prol você tá vendo...essas frentes das barracas aqui, nós barraqueiros fizemos as varanda, ele disse foi na minha cara que aquilo não era varanda, era “palafita”, tava parecendo uma favela, por isso que ele derrubou [...]Ele {o governador} chamou nós de “favelando”, ele mandou derrubar porque tava parecendo umas favela...a aí fazer o que?...tamo aqui...O que chama a atenção dos clientes daqui do Parque da Juçara é a qualidade do produto que
----------------	--

	você oferece pro cliente, se você fizer um comer ruim e uma juçara rala, nem eu não vinha...então...não tem mesas, as mesas tá no sol, e aí? Vou ficar com a minha juçara aqui empacada, neh não? Então o quê que a gente quer? É acomodar as pessoas, os clientes...
--	--

Ainda com relação a fala da entrevistada acima, destacamos que o modo de organização dos próprios comerciantes não é respeitado, o que está expresso na atitude tomada pelo governador ao associá-los de forma pejorativo ao utilizar o termo “favela”:

[...] essas frentes das barracas aqui, nós barraqueiros fizemos as varanda, ele disse foi na minha cara que aquilo não era varanda, era “palafita”, tava parecendo uma favela, por isso que ele derrubou [...] Ele {o governador} chamou nós de “favelando”, ele mandou derrubar porque tava parecendo umas favela...a aí fazer o que? [...] (ENTREVISTADA E, 2023)

Este tipo de postura fere a dignidade dos comerciantes e da sua própria cultura local que se vê diante de dificuldades na infraestrutura do local, e tentam buscar soluções possíveis a partir de materiais que dispõem.

Dessa forma, também é relatado pela entrevistada G a sua insatisfação com o governo atual.

ENTREVISTADA G	De primeiro tinha, a gente recebia pano pra fazer a roupa e a saia...recebia os avental, eles dava as vezes louça, doava as loucinhas pra gente botar na mesa e hoje a gente tem que se virar pra comprar, porque eles não dão mais...nesse período...nossa Rosa Mochel, uma mulher muito querida...
----------------	---

A fala da entrevistada remonta ao período em que Rosa Mochel esteve à frente da organização do festejo, destacando que foi um “tempo melhor” para os barraqueiros e barraqueiras, período em que Rosa Mochel estava ocupando cargos nas secretarias do Estado, para a qual sempre buscou a valorização e manutenção das práticas tradicionais da comunidade do Maracanã, aspectos que a entrevistada considera que vem se perdendo ao longo do tempo.

Portanto, as entrevistas realizadas só demonstram como a maioria desses comerciantes possuem um elo com a memória e com o passado, mesmo depois de 54 anos. No entanto, evidencia-se que ainda falta ações do poder público que possam garantir a continuidade desse festejo, visto que necessitam muitas vezes de materiais básicos e para muitos destes comerciantes, que se empenham todos os anos para concretizar a Festa da Juçara, utilizam do seu dinheiro para contribuir com a

realização da festa e isso acaba deixando alguns envolvidos insatisfeitos com o novo formato do evento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado contemplou como as discussões em torno da “maranhensidade” são inconclusos e se apresentam como “homoginizador” das diferentes culturas presente no Maranhão, aspecto que reflete diretamente nas políticas de preservação que não contemplam outras manifestações populares, e por isso apresentamos a relevância da Festa da Juçara como possibilidade deste espaço vir a ser considerado como um patrimônio imaterial.

No que diz respeito aos estudos biográficos, foi a partir do levantamento de fontes sobre a vida da precursora da Festa da Juçara, a professora Rosa Mochel, que encontramos o seu valor memorialístico para os estudos sobre a valorização do estado do Maranhão, que tanto lutou por políticas e ações educativas para que estimulassem a organização da vida comercial no bairro do Maracanã e demais jovens da época.

E como ponto chave desta pesquisa, trouxemos alguns estudos anteriores que remetem a utilização da história oral no processo da pesquisa de campo, motivadas por questões pertinentes ao tempo presente e que encontramos nas narrativas desses comerciantes uma longa luta para a manutenção e preservação desta tradição que completará 54 anos de existência.

Diante desse percurso trilhado com a pesquisa de campo, cabe pontuar que em linhas gerais foi possível apresentar diferentes perspectivas para se pensar a Festa da Juçara, dentre estas perspectivas ressaltamos o seu aspecto político e social, pois exige do poder público a garantia de preservação das atividades comerciais e culturais dos moradores dessa região, principalmente quando analisamos sob o viés dos processos urbanísticos as consequências de seu desenvolvimento para a sociedade.

A referida festa abrange uma diversidade de histórias e experiências carregadas em ritos e simbologias das festividades presentes na região do Maracanã. Esses aspectos sobre essas festividades levantadas nesta pesquisa não se restringem somente ao lugar circunscrito na região, mas expressa também seu espaço de importância para estudos que aprofundem outras memórias de diferentes lugares do Maranhão, principalmente voltado para a sua utilização no ensino de história.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

Documentais:

Arquivos disponibilizados pelo acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão- IHGM.

Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Inventário de títulos**: mapoteca 2. São Luís, 2013.

Legislações:

BRASIL, 1937. **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acessado em: 01/05/2022.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. **Base Nacional Comum Curricular** (versão final). Brasília: MEC/SEB, 2018.

_____. **Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018** - Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

_____. **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. CÂMARA DOS DEPUTADOS** Centro de Documentação e Informação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937-351814-norma-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

MARANHÃO. **Documento Curricular do Território Maranhense**: para a educação Infantil e o Ensino Fundamental. Rio de Janeiro: FGV editora, 2019. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/conheca-o-documento-curricular-do-territorio-maranhense-para-educacao-infantil-e-ensino-fundamental/>. Acesso em: 10 set. 2021.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. Trajetória histórica conceitual sobre património imaterial e cultural no Brasil e em Portugal tendo as Feiras como lugar de investigação. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal. RN. 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364700080_ARQUIVO_textocompleto.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.
- ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular?**. Coleção 36 Primeiros Passos- 8º ed. - Editora Brasiliense, s/a.
- ARAUJO, Marcelo de Sousa. **A identidade em movimento**: um estudo sobre a comunidade do Maracanã 19930-1970). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, 2012.
- ARÉVALO, Márcia da Conceição de Massena. “Lugares de memória ou prática de preservar o invisível através do concreto”. In: **www.anpuh.uepg.br**. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=62. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **CULTURA E IDENTIDADE NO MARANHÃO ESTADO-NOVISTA**. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas- UFMA, III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007.
- BARROS, A. “A TERRA DOS GRANDES BUMBAS”: a maranhensidade ressignificada na cultura popular (1940-1960). In: **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun., 2005, p. 97-123.
- BARDIN, Laurence; tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. **Análise de conteúdo**. LISBOA, Portugal: Edições 70, Lda., 1977.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- BATISTA, Eraldo Carlos. MATOS, Luís Alberto Lourenço. BERTASI NASCIMENTO, Alessandra. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980-7031.
- CHAVES, José Olivenor Souza; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. História Local e o Ensino De História. In: JUNIOR, Antonio Germano Magalhães; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (Organizadores). **Ensino & linguagens da história**. – Fortaleza: EdUECE, 2015.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. **São Luís em festa**: o Bumba meu boi e a construção da identidade cultural do Maranhão. – São Luís: EdUEMA, 2012.

CORREA, Gisele Reis. **Design e artesanato**: um estudo de caso sobre a semente de juçara em São Luís do Maranhão. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Design – Recife, 2010.

DIAS R.; MATOS, F. “O conceito de política pública” In: DIAS, R e MATOS, F. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012, p. 1-21.

DUARTE, A. L. C.; SILVA, R. M.; MOURA, N. Concepção de competência na BNCC e no Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM). **Educação em Revista**, Marília, v. 21, n. 2, p. 21-36, 2020.

FERNANDES, Alzilane Bento; FRANÇA, Glória; CHAVES, Tyara Veriato. Os sentidos de “maranhense” e “maranhensidade” no documento curricular do território maranhense: cultura, raça e educação. **Revista.abralin.org**, V. XX, Nº 2, 2022.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). **Festa**: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa Volume II. – São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade São Paulo Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence; tradução por Celina Cardim Cavalcante. **A invenção das tradições**. – 6º ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007.

JUNIOR, Antonio Germano Magalhães; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (orgs.). **Ensino & linguagens da história**. – Fortaleza: EdUECE, 2015.

MARTINS, Ana Luiza. Reconhecer e recuperar. In: SILVA, Zélia Lopes da. **Memória e identidades negras patrimonializadas**: Brasil – Séculos XX/XXI. – Jundiaí- SP: Paco Editorial, 2021.

MENDES, Edijanne R.; RIBEIRO, Érika F. V.; ROCHA, Ariadne E. Florística e fitossociologia das Trilhas ecológicas da APA Maracanã, Ilha de São Luís – MA. **Rev. Bras. de Agroecologia/out.** vol.2, nº2, 2007.

MELO, Giselle Vasconcelos. **Análise das Percepções dos Organizadores e Participantes da Festa da Juçara no Maracanã – MA**. Dissertação (Mestrado) – UNIVALI Universidade do Vale do Itajaí – Univali Balneário Camboriú, 2015.

OLIVEIRA, José Augusto Silva. Preito a Rosa Mochel: uma pioneira na agronomia do maranhão. **IHGM em Revista**, Edição Eletrônica, São Luís – Maranhão, Número 4 – JANEIRO – JUNHO, 2023.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. – 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. – 3. ed.; 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

_____. Muito Além do Espaço: Por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 279-290. Disponível em: https://www.academia.edu/7029629/MUITO_AL%C3%89M_DO_ESPA%C3%87O_POR_UMA_HIST%C3%93RIA_CULTURAL_DO_URBANO. Acesso em: 06 set. 2023.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, 2007, vol.27, n. 53

REIS SÉ, Marília. **Práticas Socioespaciais no espaço urbano**: Reflexões cruzadas entre o Baixo Augusta-São Paulo/Brasil e a Alameda de Hércules-Sevilha/Espanha. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do urbanismo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos-SP, 2018.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. O currículo de História para o território maranhense: proposições alinhadas a BNCC. In: FERREIRA, Angela Ribeiro et al (Orgs.). **BNCC de História nos estados**: o futuro do presente [recurso eletrônico] / Angela Ribeiro Ferreira et al (Orgs.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos; COSTA, Ruan Matheus Martins. DESCORTINANDO A MARANHENSIDADE PELA NARRATIVA DE MULHERES TRABALHADORAS DA FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ. In: **Anais do XIV Encontro Regional Nordeste de História Oral da ABHO - Narrativas de Resistência: História Oral e Temas Sensíveis**. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xiv-encontro-regional-de-historia-oral-do-nordeste-338905/711416-DESCORTINANDO-A-MARANHENSIDADE-PELA-NARRATIVA->

DE-MULHERES-TRABALHADORAS-DA-FESTA-DA-JUCARA-NO-MARACANA.

Acesso em: 01/04/2024

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. – São Paulo: Scipione, 2004.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (org.); tradução de Magda Lopes. **A escrita da história: novas perspectivas**. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Cleres Carvalho do Nascimento; SILVA, Scarlat Carvalho do Nascimento; MOURA, Jónata Ferreira de. Maranhensidade: reflexos sobre o documento curricular do território maranhense. **Revista Humanidades & Educação**, Imperatriz (MA), v. 2, n. 2, p. 05-18, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/humanidadeseeducacao/article/view/14196>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SHIRAISHI NETO, Joaquim Shiraishi; LIMA, Rosirene Martins; ALCOBAÇA, Luzilene Everton de. **Saberes e práticas tradicionais em movimento**: a comunidade do Maracanã na rota de um projeto global. Novos Cadernos NAEA, v.21, n.1, p. 99/115, jan-abr 2018.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. **História local, historiografia e ensino**: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. Antíteses, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp.743-758.

VIANA, Camila Rodrigues; SANTOS, Janete Silva dos; MOURA, Jónata Ferreira de. Maranhensidade no Espaço Escolar: Formações discursivas entre o lugar curricular e a posição sujeito-professor do ensino fundamental I. **Revista Humanidades & Inovação** v.8, n.36, 2021.

